

**DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
REGULATÓRIAS
Ano 2017**

Relatório da administração regulatório

Senhores (as) associados (as),

É com enorme satisfação que apresentamos o relatório de atividades e investimentos realizados no decorrer do exercício social de 2017, assim como as demonstrações contábeis elaboradas em consonância com a legislação societária brasileira, acrescidas do balanço socioambiental, que espelha as ações sociais e ambientais da Cooperativa de Distribuição e Geração de Energia das Missões - CERMISSÕES para os associados, sociedade, parceiros e consumidores.

A Cooperativa de Distribuição e Geração de Energia das Missões CERMISSÕES atua no segmento de geração e distribuição de energia elétrica, aproveitando a bagagem de conhecimentos técnicos e gerenciais acumulados ao longo de 57 anos de existência. Em sua estrutura, a Cooperativa conta com equipes próprias para construção e manutenção de redes elétricas, fator que reflete diretamente nos índices de satisfação do consumidor, garantindo agilidade no atendimento, estabilidade e segurança na prestação dos serviços da Permissionária.

O ano de 2017 foi atípico para todos os seguimentos da sociedade brasileira, provocados pelos fatores políticos e econômicos, causando desequilíbrios financeiros e até estruturais, principalmente aos ramos que dependem de políticas e recursos das esferas públicas. Mesmo assim, a Cooperativa cumpriu seu planejamento de melhorias previsto para o período.

Fruto do trabalho sério, responsável e permanente, a CERMISSÕES fez história e vem ocupando posição destaque como a primeira e única Permissionária de energia a tornar-se *Benchmarking* do setor elétrico brasileiro por três anos consecutivos. Os indicadores de qualidade constantes neste relatório demonstram que a cada ano são melhores os resultados. Talvez, a CERMISSÕES não seja a vencedora de 2017, pois as condições climáticas causaram muitas ocorrências durante o período da pesquisa. Mesmo assim deverá estar entre as mais bem avaliadas pela pesquisa do Prêmio Índice ANEEL de Satisfação do Consumidor.

O trabalho contínuo de melhorias em todas as áreas não objetiva apenas competir com as demais colegas do setor elétrico, mas oferecer aos associados/consumidores energia com a melhor qualidade e segurança, garantindo à comunidade onde está inserida, a principal ferramenta para o desenvolvimento – A ENERGIA ELÉTRICA. Os investimentos aplicados em treinamentos e qualificação profissional refletem-se diretamente na qualidade da prestação de serviços à população que vive nesta região do nosso imenso país.

Em 2017, a CERMISSÕES priorizou seus investimentos na execução do projeto de construção da Subestação Santo Antônio 69/23,1kv, localizada no município de São Luiz Gonzaga, ponto estratégico, por se tratar de um centro de carga de onde saem os alimentadores que abastecem os associados/consumidores dos municípios de Santo Antônio das Missões, Bossoroca e São Luiz Gonzaga. Aquela região registra um acentuado crescimento na demanda, provocado pelo agronegócio - base de nossa economia regional. Os investimentos aplicados no projeto de construção da Subestação Santo Antônio serão imobilizados na conclusão das obras durante o exercício de 2018.

No decorrer de 2017 foram construídos e colocados em operação redes de baixa tensão e média tensão, instalados novos transformadores (incluindo novas ligações e reforços de redes), implantados novos postes, dentre outras ações. Ao todo, foram 614 projetos executados (descritos no capítulo 3. Investimentos) que, junto com as demais realizações em troca de veículos, móveis, construção da Subestação, aquisição de equipamentos, ferramentas e imóveis, somaram o total de R\$ 32.318, sendo (61,07%) superior ao ano de 2016.

Durante o ano, a Cooperativa registrou o acréscimo de 476 novos associados, os quais passaram a contar com os benefícios da energia elétrica em suas propriedades. Ela encerrou 2017 com 29.410 associados, aumentando o seu quadro social em 1,61%, em relação a 2016.

Diferente da maioria das distribuidoras de energia do país, a administração da CERMISSÕES, seguindo a premissa de que é preciso manter os beneficiados bem informados sobre as atividades e investimentos, além de oportunizar a aproximação entre os associados/consumidores e os gestores da Cooperativa – ouvindo suas reclamações e sugestões – realizou dezenas de encontros denominados de Mini Assembleias de Prestação de Contas, contando com a participação de mais de quatro mil pessoas integrantes da família social e consumidores.

Durante o ano, a administração foi convidada a participar de Audiência Pública promovida pela Associação dos Vereadores Missioneiros sobre os problemas de qualidade e atendimento dos serviços de energia em localidades vizinhas não atendidas pela CERMISSÕES, onde se ouviu diversas manifestações de reconhecimento à forma de atuação da Cooperativa, inclusive citando como modelo e exemplo de respeito e atenção ao consumidor. Várias foram as manifestações de interesse de comunidades inteiras de passar a serem atendidas pela Permissionária, fato que corrobora para que o nível de comprometimento e presteza de nossos serviços seja cada vez maior.

Em agosto de 2017, a CERMISSÕES recebeu a certificação na ISO 9001 – Sistema de Gestão da Qualidade para as seguintes áreas de aplicação: coleta de dados e apuração de indicadores de continuidade individuais e coletivos; qualidade do atendimento comercial na distribuição de energia elétrica; e tratamento das reclamações dos associados/consumidores na área de permissão da Cooperativa. O certificado possui o registro S-2124, válido até agosto de 2020.

Geração e distribuição de energia elétrica

A CERMISSÕES possui em sua estrutura de geração própria, a PCH Rio Ijuizinho (3,6 MW) e MCH Claudino Fernando Piccoli (0,35 MW), a subestação São Miguel Arcanjo (12,5 MW na tensão 69/23,1 KV) e 6.220 quilômetros de redes de distribuição, sendo responsável pelo suprimento de energia elétrica de boa parte da região das Missões no estado do Rio Grande do Sul.

Geração

Embora os percentuais de geração da Cooperativa sejam mínimos em relação a toda a energia gerada e distribuída no Estado do Rio Grande do Sul, a pequena central hidrelétrica e a minicentral hidrelétrica cumprem um papel importante dentro do setor elétrico por promoverem a descentralização da geração, assim como atuarem como reguladoras de tensão e redutoras de tarifas.

Devido à variação de consumo provocada por grandes irrigações instaladas na área de permissão e sua direta relação com os fatores climáticos, gerando altos valores de multa devido à subcontratação da demanda para o exercício, a Cooperativa utilizou também a estrutura de geração própria para buscar o equilíbrio da demanda. Como 2017 teve uma frequência de chuvas, causando a pouca utilização da energia pelos irrigantes para evitar os altos valores de multa, foi necessário manter as usinas desligadas para reduzir a multa do contrato de demanda, além de evitar o desgaste dos equipamentos que compõem os complexos de geração.

Usina	Potência instalada (MW)	Garantia física (MW médios)	Propriedade	Potência instalada (MW) proporc.	Garantia física (MW médios) proporcional	Início de operação comercial	Vencimento da outorga
Integral e compartilhada	5	1	0	5	1	0	0
UHE 001	0	0	0	0	0	0	0
UHE 002	0	0	0	0	0	0	0
UHE 003	0	0	0	0	0	0	0
PCH 004	5	1	100%	5	1	31/03/95	31/03/25
UTE 005 (gás ciclo combinado)	0	0	0	0	0	0	0
UTE 006 (carvão mineral)	0	0	0	0	0	0	0
UTE 007 (óleo diesel)	0	0	0	0	0	0	0
UFV 010	0	0	0	0	0	0	0
Sociedade de propósito específico	0	0	0	0	0	0	0
UHE 011 (razão social da SPE)	0	0	0	0	0	0	0
Total	5	1	100%	5	1	0	0

Toda a energia gerada é distribuída dentro do próprio mercado da Permissionária representou no ano de 2017, aproximadamente, 14% sobre a disponibilidade de energia distribuída – sem garantia física.

Distribuição

A Permissionária distribui energia elétrica em 26 dos 496 Municípios do Estado do Rio Grande do Sul.

Ligação de consumidores - foram realizadas no ano 279 novas ligações, sendo 197 Residenciais, 40 Comerciais, 41 Rurais e 01 na classificada Demais Classes - totalizando 26.245 consumidores atendidos pela Permissionária (1,07% superior a 2016).

Consumidores	2013	2014	2015	2016	2017
Residencial	7.590	7.817	8.056	8.273	8.470
Comercial	1.258	1.289	1.309	1.345	1.385
Industrial	17	19	21	21	20
Rural	15.315	15.478	15.529	15.721	15.762
Poderes Públicos	460	464	469	461	460
Iluminação Pública	108	108	108	107	108
Serviço Público	24	23	22	23	23
Consumo Próprio	13	15	14	15	17
Total	24.785	25.213	25.528	25.966	26.245
Variação	1,95%	1,73%	1,25%	1,72%	1,07%

Comportamento do mercado - A geração de energia da Permissionária no período de janeiro a dezembro de 2017 foi de 17.029,430 MWh (12.073,260 MWh em 2016).

O consumo de energia elétrica na área de atuação da Permissionária no ano 2017 foi de 111 giga watts / hora, tendo apresentado acréscimo de 3,74%, em relação a 2016. O segmento do mercado que mais contribuiu para esse resultado foi a classe rural. A classe industrial foi a que teve maior crescimento, com 16,57%, e a classe residencial apresentou aumento de 6,47% no consumo de energia elétrica, o que mostra que esse setor mantém as elevadas taxas de crescimento verificadas nos últimos anos.

COOPERATIVA DE DISTRIBUIÇÃO E GERAÇÃO DE ENERGIA DAS MISSÕES CERMISSÕES

A seguir são apresentados resultados sobre o consumo e sua variação no período:

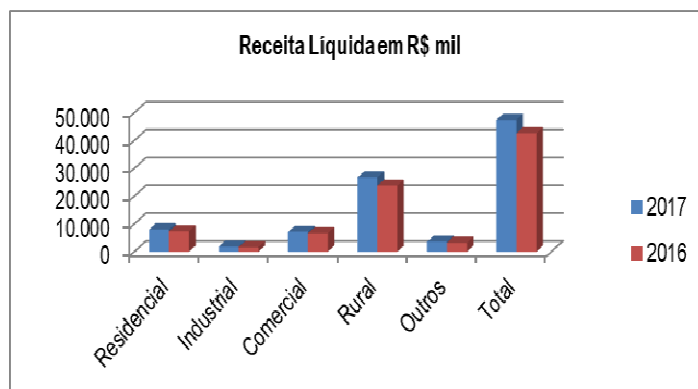
Mercado Atendido - GWh	2013	2014	2015	2016	2017
Energia Faturada	87	99	97	107	111
Fornecimento	87	99	97	107	111
Residencial	12	14	14	15	16
Comercial	10	11	12	13	13
Industrial	4	4	4	4	4
Rural	53	62	59	67	69
Poderes Públicos	3	3	3	3	3
Iluminação Pública	4	4	4	4	5
Serviço Público	1	1	1	1	1
Suprimento p/ agentes de distribuição	0	0	0	0	0
Uso da Rede de Dsitribuição	0	0	0	0	0
Consumidores Livres/Dist./Ger.	0	0	0	0	0
Consumidores Rede Básica	0	0	0	0	0
Total	87	99	97	107	111
Varição	-1,14%	13,79%	-2,02%	10,31%	3,74%

As perdas totais de energia sobre a energia requerida apresentaram uma sensível redução em 2017, caindo de 12,10% (2016) para 10,5%.

Energia Requerida - GWh	2013	2014	2015	2016	2017
Venda de Energia	87	89	91	94	94
- Fornecimento	87	89	91	94	94
- Suprimento p/ agentes de distribuição	0	0	0	0	0
Consumidores Livres/Dist./Ger.	0	0	0	0	0
Consumidores Rede Básica	0	0	0	0	0
Mercado Atendido	87	89	91	94	94
Perdas na Rede Básica	0	0	0	0	0
Perdas na Distribuição	11	14	10	13	11
Perdas Técnicas	13	13	13	13	11
Perdas não Técnicas - PNT	(2)	1	(3)	0	0
PNT / Energia Requerida %	-2,0%	1,0%	-3,0%	0,0%	0,0%
Perdas Totais - PT	11	14	10	13	11
PT / Energia Requerida %	11,2%	13,6%	9,9%	12,1%	10,5%
Total	98	103	101	107	105

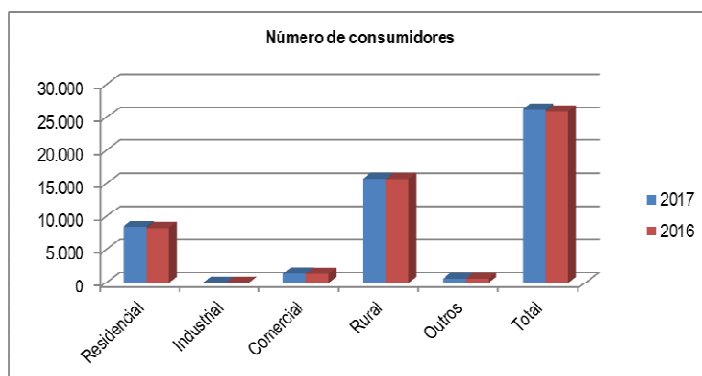
Receita - A receita decorrente do fornecimento de energia elétrica no exercício, líquida do ICMS, importou em R\$ 47.484, conforme quadro a seguir:

Receita Líquida em R\$ mil			
Classe	2017	2016	%
Residencial	8.054	7.351	9,56
Industrial	1.873	1.630	14,91
Comercial	7.196	6.672	7,85
Rural	26.738	23.781	12,43
Outros	3.623	3.247	11,58
Total	47.484	42.681	11,25



Número de consumidores - O número de consumidores faturados em dezembro de 2017 apresentou um crescimento de 1,07% quando comparado ao mesmo período do exercício anterior, como se pode observar no quadro a seguir:

Número de consumidores			
Classe	2017	2016	%
Residencial	8.470	8.273	2,38
Industrial	20	21	-4,76
Comercial	1.385	1.345	2,97
Rural	15.762	15.721	0,26
Outros	608	606	0,33
Total	26.245	25.966	1,07



Tarifas - A tarifa média de fornecimento de energia elétrica em 2017, atingiu R\$ 425,67/MWh, com um aumento de 6,48% em relação a 2016. As tarifas foram homologadas pela Resolução Aneel de Nº 2.278, de 25 de julho de 2017.

Tarifa Média de Fornecimento em R\$/MWh	
Classe	R\$/MWh
Residencial	501,78
Industrial	434,73
Comercial	533,73
Rural	391,03
Outros	388,26

Qualidade do fornecimento - Os dois principais indicadores da qualidade do fornecimento de energia elétrica são Duração Equivalente de Interrupções por Consumidor (DEC) e a Frequência Equivalente de Interrupções por Consumidor (FEC), juntamente com o indicador de atendimento Tempo Médio de Atendimento (TMA).

Utilizando as informações de números de consumidores existentes em cada um dos dois conjuntos elétricos, que contemplam as redes da Cermisões, estes valores representam média ponderada geral dos dois conjuntos. A evolução desses indicadores é apresentada no quadro a seguir:

ANO	Qtd. Ucs	DEC - horas	FEC - frequência	TMA - minutos
2013	25266	44,19	34,35	162,07
2014	25076	40,85	26,57	201,19
2015	25446	35,15	24,86	154,83
2016	25762	25,05	19,48	144,21
2017	26096	20,47	14,92	217,42

Atendimento ao consumidor - A Permissionária, através de sua administração e colaboradores cientes da necessidade de estreitar as relações com seus milhares de associados/consumidores, oferece vários canais de comunicação para facilitar o acesso do usuário com a Cooperativa e vice-versa. Possuímos os já tradicionais e conhecidos canais de comunicação como os postos de atendimento presencial e o CAC - Central de Atendimento ao Consumidor, assim como a sua sede em Caibaté, telefone com ligação gratuita para 0800 541 1122, envio automático de mensagens via celular conhecidas como SMS ou torpedo ou através do e-mail para os consumidores que possuem cadastro atualizado, atendimento via SMS, que o associado pode informar falta de energia, consultar o valor de faturas em aberto e solicitar o código de barras para pagamento. A Cooperativa também está na rede mundial de computadores e seus associados/consumidores podem acessar o site www.cermissoes.com.br ou através do *Facebook*. Todas essas ferramentas de comunicação, além de seguras e ágeis, geram informações personalizadas e sem nenhum custo ao associado.

Tecnologia da informação - Dentre as melhorias implantadas na Cermissões para reforçar a confiabilidade dos Sistemas e *Hardwares*, destacamos os principais investimentos realizados no ano de 2017:

A comunicação entre matriz, postos de atendimento, subestação, usinas e equipamentos especiais da rede elétrica (religadores, reguladores de tensão e bancas de capacitores) estão em constante expansão e melhoria, proporcionando mais agilidade no atendimento aos associados.

As melhorias realizadas nos servidores da Cooperativa facilitaram muito a implantação e atualização de novos sistemas. Outro objetivo alcançado pela empresa foi a implantação de registradores de ponto eletrônico biométrico utilizado na matriz, postos de atendimento, plantões de atendimento e usinas.

Foi assinado contrato com a TIM, empresa de telefonia que disponibilizou *chips* de celulares para central telefônica, onde conseguimos diminuir custos em ligações comerciais. As tratativas a esse respeito continuam para o melhoramento da telefonia mantendo o atendimento sem perder a qualidade.

Visando a melhoria na internet utilizada pelos colaboradores da Cermissões, foram implantados equipamentos para *Hotspot*, que gerencia as redes de dados *Wi-Fi*, onde seu conceito é focado em tecnologia de rede *Imesh*, profissionalizando a distribuição de internet diminuindo risco e problemas de segurança da informação.

Criado o Comitê de Tecnologia da Informação, com o objetivo em resolver assuntos de tecnologia da Cooperativa, envolvendo a engenharia, informática, telecomandos, link de dados, servidores e telemetrias. Em 2017, os membros do comitê reuniram-se diversas vezes para discutir assuntos estratégicos em tecnologia, que impactaram diretamente os sistemas da Cooperativa.

A TI da Cermissões concluiu os projetos previstos de Cabeamento Estruturado e Inovação do Data-Center. Todo cabeamento de energia para os computadores e servidores da Cooperativa foram substituídos seguindo metodologias de padrão de mercado, com isso, conseguiu-se levar redundância de energia ao COD, implantando conceito de chaves ATS. O cabeamento de dados passará a ser todo em padrão CAT 6A, visando não provocar gargalos na rede de dados e melhorar a administração dos pontos de acesso. Os cabos tradicionais metálicos de telefone foram substituídos por cabos de dados também padrão CAT 6A, ficando esta via de telefonia pronta para futura substituição da central telefônica. Quanto ao Data-Center, foi modificando a gerência de redes, proporcionando segmentação no fluxo dos dados e mais segurança, aumentando o *Troughput* da rede (vazão). Foi implantado conceito de Data-Center virtualizado, possibilitando maior capacidade de manobra e recuperação de falhas, possibilitando um crescimento escalonável. Também, foi adequado o *Firewall* de borda a fim de resistir às novas tecnologias de ataques, assim como o serviço e e-mail que sofreram adequações às tecnologias de mercado.

Desempenho econômico- financeiro - Os comentários da administração sobre o desempenho econômico-financeiro e o resultado das operações devem ser lidos em conjunto com as demonstrações contábeis e notas explicativas auditadas. Em 2017, a sobra líquida foi de R\$ 11.092 contra R\$ 8.280 em 2016, o que representa um acréscimo de 33,96%. A receita líquida da atividade de distribuição de energia atingiu R\$ 52.678, enquanto em 2016 situou-se em R\$ 47.670, representando um aumento de 10,51%. Os custos/despesas operacionais totalizaram em 2017 R\$ 41.465 e aumentaram 5,91%, em relação a 2016. A rentabilidade do patrimônio líquido do exercício de 2017 foi de 10,59% contra 8,77% em 2016. O endividamento foi de 27,01% em 2017, enquanto no ano anterior foi de 21,29%. O EBITDA ou LAJIDA sobra antes dos juros, impostos, depreciação e amortização foi de R\$16.337, superior em 23,91% quando comparado ao de 2016 (R\$ 13.185), conforme demonstrado a seguir:

COOPERATIVA DE DISTRIBUIÇÃO E GERAÇÃO DE ENERGIA DAS MISSÕES CERMISSÕES

Demonstrativo do cálculo do EBITDA	2017	2016	%
Receita operacional líquida	52.678	47.670	10,51
Custo do serviço de energia elétrica	(34.380)	(33.281)	3,30
Despesas operacionais	(7.085)	(5.872)	20,66
(-) Despesas gerais e administrativas	(6.015)	(5.311)	13,26
(-) Outras despesas operacionais	(1.205)	(852)	41,43
(+) Outras receitas operacionais	135	291	(53,61)
Resultado da Atividade ou EBIT	11.213	8.517	31,65
(+) Quotas de reintegração/amortização	5.124	4.668	9,77
EBIDTA	16.337	13.185	23,91
Margem EBITDA	31	28	12,13

Nota: Para fins de Demonstração do cálculo do EBITDA foram excluídos os valores das receitas e custos de construção.

Investimentos - Em 2017 os investimentos da Cooperativa resultaram em R\$ 15.488, distribuídos da seguinte forma:

	2017	2016
Sistema de distribuição de energia	14.970	7.819
Sistema de geração de energia	20	3.558
Veículos	127	952
Softwares	32	49
Equipamentos de Informática	195	54
Equipamentos gerais e móveis	54	147
Terrenos	90	0
Total	15.488	12.579

Evolução e projeção dos investimentos - O quadro a seguir expõe os 3 (três) últimos anos e os próximos 5 (cinco) anos. Os valores contemplam as adições brutas (adições e transferências), sendo que a conta Máquinas e Equipamentos em AIS Bruto da Atividade de Distribuição tem o mesmo montante do Plano de Desenvolvimento da Distribuidora – PDD.

	R\$ mil Nominais			R\$ mil em moeda constante de 31/dez/2017				
	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022
Distribuição - Máquinas e equipamentos - R\$ mil								
AIS Bruto ¹	9.972	8.037	15.026	23.748	9.763	7.316	5.947	5.967
Transformador de distribuição	2.016	1.897	2.363	886	2.076	1.275	1.284	1.300
Medidor	361	461	363	320	450	501	419	501
Redes baixa tensão (< 2,3 kV)	1.591	1.675	3.751	2.291	2.634	1.030	1.030	1.050
Redes média tensão (2,3 kV a 44 kV)	4.903	3.367	7.799	3.921	3.330	3.347	2.070	2.100
Redes alta tensão (69 kV)	0	0	0	5.500	0	0	0	0
Redes alta tensão (88 kV a 138 kV)	0	0	0	0	0	0	0	0
Redes alta tensão (>= 230 kV)	0	0	0	0	0	0	0	0
Subestações média tensão (primário 30 kV a 44 kV)	0	0	0	0	0	0	0	0
Subestações alta tensão (primário de 69 kV)	0	8	3	10.500	0	0	0	0
Subestações alta tensão (primário 88 kV a 138 kV)	0	0	0	0	0	0	0	0
Subestações alta tensão (primário >= a 230 kV)	0	0	0	0	0	0	0	0
Demais máquinas e equipamentos	1.101	629	747	330	1.273	1.163	1.144	1.016
Obrigações especiais do AIS bruto	(733)	(1.143)	(2.507)	(1.225)	(667)	(600)	(522)	(522)
Participações, doações, subvenções, PEE, P&D, universalização	(733)	(1.143)	(2.507)	(1.225)	(667)	(600)	(522)	(522)

Comparativo dos investimentos em máquinas e equipamentos da distribuição

O quadro a seguir compara o PDD entregue no exercício anterior com os investimentos realizados no ano de 2017.

R\$ mil	2017R	2018P	2019P	2020P	2021P	2022P
Plano de investimentos 2017	15.026	23.748	9.763	7.316	5.947	5.967
R\$ mil	2017P	2018R	2019R	2020R	2021R	2022R
Plano de investimentos 2016	10.437	0	0	0	0	0
Diferença	44,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%

O saldo investimentos realizados no ano de 2017 ultrapassou o projetado devido às obras de grande valor que foram executadas pelos consumidores solicitantes e concluídas fisicamente ao fim de 2016. Com isso, em muitos casos, apenas foi possível encerrá-las no início do exercício seguinte. Outra justificativa foi o comportamento do clima de 2017, por se tratar de um ano que apresentou reações climáticas de grande porte, ocasionou também maiores investimentos nas redes de distribuição.

Captações de recursos - Para viabilizar o programa de investimentos do ano, a Permissionária captou um total de R\$ 2.568 oriundos de participação financeira do consumidor (R\$ 60 referentes a obras não concluídas) e captou recursos provenientes de crédito rotativo do Sicredi União RS, no valor de R\$ 6.030 (deste montante já amortizado até 31/12/2017 o total de R\$ 5.353).

Valor adicionado: Em 2017, o valor adicionado líquido gerado como riqueza pela Permissionária foi de R\$ 11.092 representando 13,43% da receita operacional bruta. Foi efetuada a reversão da reserva de reavaliação, no valor de R\$ 1.305, e reversão da reserva de investimento, no valor de 2.704, totalizando o resultado do exercício abrangente em R\$ 15.101, com a seguinte distribuição:

- Reserva de assistência técnica educacional e social de caráter fiscal (RATES) R\$ 567 e destinações estatutárias (20%) R\$ 2.907.
- Fundo de Reserva legal (50%) R\$ 7.267.
- Sobra a disposição da assembleia R\$ 4.360.

Política de reinvestimento - A Cooperativa tem investido ao longo dos últimos anos na melhoria do seu sistema de distribuição e na infraestrutura, procurando sempre prestar um serviço de qualidade aos seus associados. Diante disto, o associado define que as sobras de determinado exercício devem ser destinados a propiciar novos investimentos e melhorias sem a necessidade da busca de recursos de terceiros.

Composição do capital social - Em 31 de dezembro de 2017, o capital social da Permissionária era de R\$ 7.271.

Relações com o mercado - Ao longo do ano, a Permissionária recebeu a visita de expressivo número de associados, clientes e fornecedores. A Cermissões também promoveu visitas às demais permissionárias de energia do sistema Fecoergs, participou de conferências, seminários e reuniões nos principais centros de convenções do país.

Gestão

Administração - As ações administrativas seguem os princípios legais regidos pelo setor elétrico, lei cooperativista e estatuto social, sempre primando pelo dialogo e respeito com os entes envolvidos, cumprindo o contrato de permissão assinado em março do ano de 2010 com a Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL. Decorridos sete anos dentro do ambiente regulado, existe vários procedimentos ainda em fase de adaptação, seguindo o cronograma determinado pela ANEEL, causando em muitas situações, a insatisfação dos próprios associados que têm dificuldades em aceitar determinações legais que precisam ser cumpridas pela Cooperativa, enquanto permissionária.

Nesta nova etapa da história da CERMISSÕES tem-se alcançado grandes avanços, principalmente em sua estrutura física (elétrica de distribuição e geração) onde a, tecnologia disponível e a utilização de suas ferramentas, através de uma equipe de profissionais qualificados reflete no grau de satisfação da população que usufrui dos serviços por ela prestados. Conforme os relatórios de fiscalização da ANEEL tem-se confirmação da gestão correta, atendendo a todos os requisitos e informações solicitadas pela Agência, sem apontamentos, ou seja, atendendo satisfatoriamente os aspectos de regulação do serviço público de energia elétrica e do órgão regulador. Isso demonstra a retidão da gestão que vem atuando nas últimas décadas junto à Cooperativa, conduzindo com austeridade todas as atividades desempenhadas e que são acompanhadas de forma permanente pela Agência Nacional de Energia Elétrica.

Administrar a Permissionária, garantindo ao associado/consumidor a confiabilidade, estabilidade, serviços eficientes e com segurança, atuando de forma planejada, visando assegurar a disponibilidade de energia com qualidade para a demanda crescente e cumprindo as tarifas homologadas pela ANEEL, sempre procurando repassar o mínimo índice de reajuste possível, sem colocar em risco o equilíbrio econômico financeiro da Permissionária, assim a CERMISSÕES vem sendo administrada.

Planejamento empresarial - A Cooperativa de Distribuição e Geração de Energia das Missões, desde 2005 quando do início do processo de enquadramento junto a ANEEL como permissionária do serviço público de distribuição e geração de energia elétrica, desenvolveu um planejamento visando adaptar-se rapidamente as mudanças definidas pelo setor elétrico e as constantes alterações das normas que regem o papel das distribuidoras.

A partir do mês de março de 2010, quando da assinatura do contrato de permissão com a Agência Nacional de Energia Elétrica, a administração e colaboradores comungavam dos mesmos objetivos que norteavam as ações da Cooperativa constantes em seu planejamento cooperativo para atingir as metas propostas, não somente como cooperativa, mas a partir de então como agente do setor elétrico nacional. Na época, a administração da Permissionária estabeleceu alguns parâmetros a serem conquistados, entre eles: que até o ano de 2015 deveria estar entre as empresas de "referência do setor elétrico", tanto em qualidade de energia como em satisfação do consumidor. Para isso iniciou-se os investimentos nos diversos setores da distribuidora e de forma especial nas melhorias das redes elétricas, instalação de equipamentos e novas tecnologias da informação, inclusive com a automação do sistema de distribuição com telecomando a distância, promovendo a redução de despesas e diminuindo o tempo sem energia elétrica ao consumidor.

No primeiro ano em que as cooperativas permissionárias passaram a fazer parte do Prêmio Índice Aneel de Satisfação do Consumidor, a CERMISSÕES venceu o prêmio IASC/ANEEL de 2014, obtendo a maior nota da história do prêmio desde sua criação, com 91,27 pontos, e no ano de 2015 se tornou BICAMPEÃ NACIONAL, novamente com a maior nota entre as 101 distribuidoras de energia do país, 81,23 pontos. Em 2016, a CERMISSÕES novamente alcançou a melhor nota, 89,38 pontos. Resultados alcançados através do planejamento e cumprimento de suas responsabilidades. A CERMISSÕES sagrou-se a "MELHOR COOPERATIVA PERMISSIONÁRIA DE ENERGIA DO BRASIL", na percepção do consumidor, em 2014, 2015 e 2016, sendo a única TRICAMPEÃ NACIONAL por três anos consecutivos.

A CERMISSÕES é filiada à Federação das Cooperativas de Energia do Rio Grande do Sul – FECOERGS e, como integrante do sistema, segue o padrão do planejamento estratégico da Entidade. No decorrer de 2017 foram realizados vários encontros com as filiadas, preparando suas equipes gerenciais para a aplicação do planejamento 2017/2020 em cada cooperativa, assegurando o sucesso de todas as atividades diante da variação de cenários, onde com facilidade são tomadas decisões, redefinindo projetos com base nas tendências relacionadas aos diversos ambientes: político; econômico; sociocultural; ambiental; e tecnológico - visando corrigir os impactos a curto e médio prazo.

O planejamento dos negócios da Cooperativa tem sido a base para os investimentos futuros, visando manter e melhorar a performance, ganho e desempenho da Permissionária, tendo como meta, a manutenção dos títulos conquistados e, como cooperativa, reger o investimento das sobras alcançadas.

Com ações bem planejadas, a Cooperativa proporciona melhor qualidade e segurança nos serviços que presta a seus associados/consumidores, através de sua estrutura de geração (PCH Rio Ijuizinho e MCH Claudino Fernando Piccoli), transformação (Subestação São Miguel Arcanjo 69/23 KV e Subestação Santo Antônio que entrará em operação em julho de 2018) e distribuição de energia elétrica (6.220 km de redes elétricas) tendo como objetivo principal: assegurar os melhores serviços, com a menor tarifa possível a todos os consumidores.

Gestão pela qualidade - Em agosto de 2017, a Cermissões recebeu a certificação na ISO 9001 – Sistema de Gestão da Qualidade para a seguinte área de aplicação: coleta de dados e apuração de indicadores de continuidade individuais e coletivos e de qualidade do atendimento comercial na distribuição de energia elétrica; e tratamento das reclamações dos associados/consumidores, na área de permissão da Cermissões. O certificado possui o registro S-2124, válido até agosto de 2020.

Recursos humanos - Em 2017 a Permissionária investiu R\$ 136 em programas de formação técnica e desenvolvimento profissional e humano de seus empregados. De modo a manter a Permissionária a par da evolução nas áreas tecnológica e gerencial e oferecer aos empregados oportunidades de desenvolvimento de suas habilidades e potenciais. Os treinamentos da Permissionária têm como objetivos: a segurança dos trabalhadores e associados/consumidores, melhor qualidade no atendimento e responsabilidade social.

A Cooperativa contribuiu com auxílio ao transporte e a mensalidade de funcionários que estão participando do curso técnico em eletrotécnica, graduação em engenharia elétrica, direito, ciências contábeis, ciências da computação, análise e desenvolvimento de sistemas e gestão em recursos humanos, bem como pós-graduação em engenharia da segurança, gestão de pessoas, controladoria e finanças, possibilitando desta forma a qualificação do seu quadro funcional.

Responsabilidade social - A modernização de seu sistema de distribuição e geração de energia, aperfeiçoamento e inovação dos processos da gestão administrativa, bem como a estreita relação com os associados/consumidores compõem o rol da responsabilidade social da Cooperativa. O maior diferencial da Cermissões é que no decorrer dos seus 57 anos de fundação, ela se reinventa a cada dia, agregando novas tecnologias e conhecimentos, tendo sempre como foco a prestação dos melhores serviços à comunidade onde está inserida. A preocupação é constante com a qualidade da energia distribuída e a segurança que a mesma deve promover junto aos usuários, além da constante participação em ações de interesse da comunidade.

COOPERATIVA DE DISTRIBUIÇÃO E GERAÇÃO DE ENERGIA DAS MISSÕES CERMISSÕES

Outro fator que merece destaque refere-se à aplicação dos recursos gerados pela Cooperativa em sua área de permissão, cada centavo gerado é aplicado em benefício da população, gerando emprego, renda e dias melhores aos próprios associados/consumidores e seus familiares.

A Cooperativa está em constante metamorfose. A administração e colaboradores procuram manter e propagar a filosofia do sucesso, modificando o que for necessário e incorporando as novas aspirações sempre em busca de um futuro cada vez mais próspero. É assim, ano após ano, vivenciamos novas experiências e, por meio delas, planejamos os anos vindouros da Cooperativa.

Para alcançar as metas estipuladas, a equipe passa por cursos e treinamentos, qualificando o capital humano que, com muita determinação, cooperação e trabalho baseado nos pilares da sustentabilidade social, implantam projetos que contribuem para um mundo melhor.

Uma cooperativa é formada por pessoas, assim como os resultados gerados são para todos e graças a essa união de forças. O sucesso tem sido uma constante, fazendo com que a organização conquiste o respeito no mercado de distribuição e geração de energia. A CERMISSÕES Faz a diferença na vida das pessoas e com isso goza de excelente conceito junto à comunidade, tornando-se referência em respeito e bom atendimento ao associado/consumidor, promovendo qualidade de vida e desenvolvimento aos habitantes de sua área de permissão.

Cooperativa em números

Atendimento	2017	2016	%
Número de consumidores	26.245	25.966	1,07
Número de empregados	207	199	4,02
Número de consumidores por empregado	126,79	130,48	-2,83
Número de localidades atendidas	26	26	0,00
Número de agências	1	1	0,00
Número de postos de atendimento	12	12	0,00
Número de postos de arrecadação	29	29	0,00

Mercado	2017	2016	%
Área de permissão (km ²)	7.120,66	7.120,66	0,00
Geração própria (MWh)	17.029,43	12.073,26	41,05
Energia contratada (MWh)	126.569,63	126.569,63	0,00
Demanda Contratada Mensal (kW)	42.189	39.140	7,79
Distribuição direta (MWh)	111.552,97	106.770,37	4,48
População atendida	131.225	132.166	-0,71

Operacionais	2017	2016	%
Número de usinas em operação	2	2	0,00
Redes de distribuição (km)	6.220,29	6.195,43	0,40
Capacidade instalada (MW)	170,48	157,24	8,42

Financeiros	2017	2016	%
Receita operacional bruta (R\$)	82.597	75.604	9,25
Receita operacional líquida (R\$)	65.705	59.566	10,31
Margem operacional do serviço líquida (%)	18.298	14.389	27,17
EBITDA OU LAJIDA	16.337	13.184	23,92
Lucro líquido (R\$)	11.092	8.280	33,96
Patrimônio líquido (R\$)	104.724	94.436	10,89
Rentabilidade do patrimônio líquido (%)	10,59	8,77	20,75
Endividamento do patrimônio líquido (%)	27,01	21,29	26,87
Energia gerada / comprada por funcionário: [(energia gerada + comprada em MW) / n° de funcionários]	606,22	629,82	-3,75
Energia gerada / comprada por consumidor: [(energia gerada + comprada em MW) / n° de consumidores]	4,78	4,82	-0,80

Agradecimentos

Ao finalizarmos este breve relato de dados e fatos que marcaram as atividades administrativas e sociais da CERMISSÕES, o sentimento é de gratidão, em primeiro lugar aos associados, razão da existência da Cooperativa, pelo apoio e confiança na equipe que tem a missão de manter a Permissionária em pleno funcionamento. Aos membros dos Conselhos de Administração e Fiscal, pela parceria de trabalho, buscando sempre através do diálogo, discutir, planejar, aprovar e encaminhar as soluções em benefício da família social. Nosso reconhecimento à equipe de colaboradores que dão o melhor de si na execução dos projetos por nós determinados, aos aprendizes cooperativos que durante o ano fizeram parte do nosso convívio, que aproveitem as experiências para a futura vida profissional, as equipes terceirizadas que também foram decisivas para a concretização das conquistas. Nada teria sido possível sem o apoio e participação de todos que, direta ou indiretamente, contribuíram para que a CERMISSÕES continue sendo exemplo e modelo na prestação dos serviços públicos de distribuição e geração de energia elétrica.

Muito Obrigado.

Caibaté/RS, 24 março de 2018.

A Administração

Balanco Patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e 2016

		(valores expressos em milhares de reais)	
	Nota	2017	2016
ATIVO			
Circulante		15.186	15.834
Caixa e equivalentes de caixa		591	3.208
Consumidores	4	10.069	8.393
Serviços em curso		6	26
Tributos e contribuições compensáveis		950	681
Almoxarifado operacional		299	360
Ativos regulatórios	6	1.180	1.512
Despesas pagas antecipadamente		78	50
Outros ativos circulantes		2.013	1.604
Não circulante		138.642	121.687
Depositos judiciais e cauções		3	3
Investimentos temporários		0	21
Despesas pagas antecipadamente		45	9
Outros ativos não circulantes		1.467	902
Investimentos		138	121
Imobilizado	5	136.409	120.182
Intangível	5	580	449
Total do ativo		153.828	137.521
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Circulante		17.064	10.935
Fornecedores		6.952	3.467
Empréstimos e financiamentos	7	1.757	562
Obrigações sociais e trabalhistas		2.250	2.001
Tributos		1.249	750
Provisões para litígios	8	446	37
Encargos setoriais		1.326	702
Passivos financeiros setoriais	6	868	2.769
Outras contas a pagar		2.216	647
Não circulante		13.730	10.761
Empréstimos e financiamentos	7	1.697	2.215
Obrigações vinculadas à concessão	9	12.033	8.546
Patrimônio líquido		123.034	115.825
Capital social	10 a	7.271	7.268
Reservas de capital	10 b	11.373	11.373
Reservas de reavaliação	10 c	34.488	36.442
Reservas de sobras	10 d	65.542	58.118
Saldo a disposição da assembleia	10 f	4.360	2.624
Total do passivo e patrimônio líquido		153.828	137.521

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis.

Demonstração do resultado do exercício findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(valores expressos em milhares de reais)

	Nota	31/12/2017	31/12/2016
Ingresso/receita operacional bruta	11	68.652	63.169
Fornecimento de energia elétrica		2.113	1.519
Receita de disponibilidade da rede elétrica		56.526	52.485
Doações, contribuições e subv. econômica		9.669	8.942
Receita de atividade não vinculada		262	146
Outras receitas vinculadas		82	77
Deduções da receita operacional		16.875	16.035
Tributos e encargos		11.404	10.022
Federais		1.093	916
Estaduais e Municipais		10.311	9.106
Encargos parcela "A"		5.471	6.013
Pesquisa e Desenvolvimento – P&D		0	84
Conta de Desenvolvimento Econômico – CDE		3.126	4.478
Programa de Eficiência Energética – PEE		0	84
Taxa de Fiscalização - TFSE		148	133
Outros encargos		2.197	1.234
Receita operacional líquida		51.777	47.134
Custos não gerenciáveis – Parcela "A"		15.239	16.462
Energia elétrica comprada para revenda		13.334	14.395
Encargos de uso da rede elétrica		1.072	1.373
Energia elétrica comprada para revenda – Proinfra		833	694
Resultado antes dos custos gerenciáveis		36.537	30.672
Custos gerenciáveis – Parcela "B"		26.897	24.266
Pessoal	12	12.034	11.699
Administradores	12	898	897
Material		1.612	1.788
Serviços de terceiros		1.642	1.681
Arrendamentos e aluguéis		122	109
Tributos		140	88
Seguros		35	45
Outros		3.155	1.571
Provisão para devedores duvidosos		(6)	0
Provisões – outras		434	(403)
Depreciação		6.635	6.234
Doações e contribuições		172	153
Recuperação de despesas		(206)	(164)
Despesas de atividade não vinculada		17	2
Resultado da atividade da concessão		9.397	6.262
Resultado extra-concessão		244	144
Receita financeira		811	1.210
Despesa financeira		601	1.013
Resultado não operacional		1.718	1.100
Lucro (prejuízo) antes IRPJ/CSLL		8.132	5.503
Imposto de renda		237	313
Contribuição social		94	121
Lucro (prejuízo)		7.801	5.068

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis.

Demonstração do resultado abrangente dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016

	(valores expressos em milhares de reais)	
Recursos	31/12/2017	31/12/2016
Sobra líquida do exercício	11.092	8.280
Demais resultados abrangentes		
Reversão da reserva de reavaliação	1.305	1.305
Reversão da reserva de investimentos	2.704	0
Resultado do exercício abrangente	15.101	9.585
Destinações		
Destinação de caráter fiscal	567	837
Rates (Art 87 da lei 5764/71)	567	837
Destinações estatutárias	10.174	6.124
Fundo de reserva legal (50%)	7.267	4.374
Rates (20%)	2.907	1.750
Saldo a Disposição da Assembleia Geral Ordinária	4.360	2.624

Demonstração do fluxo de caixa dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016

	(valores expressos em milhares de reais)	
	2017	2016
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Resultado do exercício	11.092	8.280
Despesas (receitas) que não afetam caixa e equivalentes de caixa		
Amortização	(414)	(312)
Depreciação	5.124	4.668
Ganhos/baixas líquidos de ativos financeiros da concessão e intangível	0	0
Ganhos/perdas líquidos na indenização de ativos	(1.069)	(625)
Imposto de renda e contribuição social	0	0
Juros e Variações Monetárias	(810)	(406)
Provisões para Créditos de Liquidação Duvidosa	0	0
Provisões para Demais Perdas Operacionais	409	(527)
Provisões para Perdas com Instrumentos Financeiros	0	0
Outros	(107)	1.422
	3.133	4.220
Redução (Aumento) de Ativos		
Consumidores	(1.632)	(1.201)
Depósitos Vinculados a Litígios	0	0
Ganhos Líquidos Com Instrumentos Financeiros	0	0
Ativos financeiros setoriais	332	(1.512)
Imposto de Renda e Contribuição Social	0	0
Tributos Compensáveis	(269)	(14)
Outros	(356)	(2.032)
	(1.925)	(4.759)
Aumento (Redução) de Passivos		
Encargos Setoriais	(1.276)	989
Fornecedores Demais	3.485	1.342
Salários e Encargos Sociais	262	(74)
Tributos e Contribuição Social	481	185
Outros	767	615
	3.719	3.057
Caixa gerado por atividades operacionais		
Encargos de Dívidas Pagos	(601)	(392)
Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos	0	0
	(601)	(392)
Caixa líquido gerado por atividades operacionais		
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Aquisição de participações societárias	0	0
Investimentos	(18)	0
Imobilizado	(21.265)	(10.007)
Intangível	0	0
Participação financeira do consumidor	2.568	1.133
Títulos e valores mobiliários adquiridos	0	0
	(18.715)	(8.874)
Caixa líquido das atividades de investimento		
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Empréstimos e financiamentos obtidos	6.030	0
Empréstimos e financiamentos pagos	(5.353)	(877)
Integralização de capital	3	6
	680	(871)
Caixa líquido das atividades de financiamento		
Varição líquida do caixa e equivalentes de caixa	(2.617)	661
Demonstração da variação do caixa e equivalentes de caixa		
No início do exercício	3.208	2.547
No fim do exercício	591	3.208
	(2.617)	661

COOPERATIVA DE DISTRIBUIÇÃO E GERAÇÃO DE ENERGIA DAS MISSÕES CERMISSÕES

Demonstração das mutações do patrimônio líquido dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(valores expressos em milhares de reais)

	Capital social	Reserva de capital	Outros resultados abrangentes	Reserva legal	Rates	Reserva para investimento	Fundo expansão e manutenção	Equalização resultado soc. e reg.	Sobra à disp. AGO	Total
Saldo em 31/12/2015	7.262	11.373	38.286	27.645	7.458	5.320	15.561	(2.823)	2.159	112.241
Integralização de capital	6	0	0	0	0	0	0	0	0	6
Destinação conforme AGO	0	0	0	0	0	2.159	0	0	(2.159)	0
Sobra líquida do exercício	0	0	0	0	0	0	0	0	8.280	8.280
Destinação estatutária sobras	0	0	0	4.374	2.587	0	0	0	(6.961)	0
Rates aplicado	0	0	0	0	(732)	0	0	0	0	(732)
Realização reserva reavaliação	0	0	(1.305)	0	0	0	0	0	1.305	0
Equalização do res. reg. e societário	0	0	(539)	0	0	0	0	(3.431)	0	(3.970)
Saldo em 31/12/2016	7.268	11.373	36.442	32.019	9.313	7.479	15.561	(6.254)	2.624	115.825
Integralização de capital	3	0	0	0	0	0	0	0	0	3
Destinação conforme AGO	0	0	0	0	0	2.624	0	0	(2.624)	0
Sobra líquida do exercício	0	0	0	0	0	0	0	0	11.092	11.092
Destinação estatutária sobras	0	0	0	7.267	3.474	0	0	0	(10.741)	0
Rates aplicado	0	0	0	0	(808)	0	0	0	0	(808)
Realização reserva reavaliação	0	0	(1.305)	0	0	0	0	0	1.305	0
Realização reserva de investimentos	0	0	0	0	0	(2.704)	0	0	2.704	0
Equalização do res. reg. e societário	0	0	(649)	0	0	0	0	(2.429)	0	(3.078)
Saldo em 31/12/2017	7.271	11.373	34.488	39.286	11.979	7.399	15.561	(8.683)	4.360	123.034

Notas explicativas às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(valores expressos em milhares de reais)

1. Setor elétrico no Brasil

O setor de energia elétrica no Brasil é regulado pelo Governo Federal, atuando por meio do Ministério de Minas e Energia ("MME"), o qual possui autoridade exclusiva sobre o setor elétrico. A política regulatória para o setor é implementada pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL.

O fornecimento de energia elétrica a varejo é efetuada pela cooperativa de acordo com o previsto nas cláusulas de seu contrato de permissão.

De acordo com os contratos de concessão de distribuição, essa Outorgada está autorizada a cobrar de seus consumidores uma taxa pelo fornecimento de energia consistindo em dois componentes: 1 - uma parcela referente aos custos de geração, transmissão e distribuição de energia não gerenciáveis (custos da parcela A); e 2 - uma parcela de custos operacionais (custos da parcela B). Ambas as parcelas são estabelecidas como parte da concessão original para determinados períodos iniciais. Subsequentemente aos períodos iniciais, e em intervalos regulares, a ANEEL tem a autoridade de rever os custos da permissionária, a fim de determinar o ajuste da inflação (ou outro fator de ajuste similar), caso existente, aos custos da parcela B (ajuste escalar) para o período subsequente. Esta revisão poderá resultar num ajuste escalar com valor positivo, nulo ou negativo.

Adicionalmente aos ajustes referentes aos custos da parcela A e parcela B mencionados acima, as concessões para fornecimento de energia elétrica têm um ajuste tarifário anual, baseado em uma série de fatores, incluindo a inflação. Adicionalmente, como resultado das mudanças regulatórias ocorridas em dezembro de 2001, a Outorgada pode agora requisitar reajustes tarifários resultantes de eventos significativos que abalem o equilíbrio econômico-financeiro dos seus negócios. Outros eventos normais ou recorrentes (como altas no custo da energia comprada, impostos sobre a receita ou ainda a inflação local) também têm permissão para serem absorvidos por meio de aumentos tarifários específicos. Quando a Outorgada solicita um reajuste tarifário, se faz necessário comprovar o impacto financeiro resultante destes eventos nas operações.

A Cooperativa de Distribuição e Geração de Energia das Missões Cermissões é uma sociedade de pessoas, de natureza civil, com sede na cidade de Caibaté, Estado do Rio Grande do Sul, e tem como principal objetivo o desenvolvimento socioeconômico, através da distribuição de energia elétrica e serviços de interesses de seu quadro de associados. A entidade é regida pela Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971, que regulamenta o sistema cooperativista no país e tem como atividades preponderantes a distribuição, geração de energia elétrica e a prestação de serviços aos seus 29.410 cooperados em 26 municípios da região das Missões, área que concentra grande parte da produção agrícola do Estado.

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações contábeis regulatórias

As demonstrações contábeis para fins regulatórios foram preparadas de acordo com as normas, procedimentos e diretrizes emitidos pelo órgão regulador e conforme as políticas contábeis estabelecidas na declaração de práticas contábeis.

Essas demonstrações foram preparadas em consonância com as orientações emitidas pelo órgão regulador para demonstrações contábeis. As demonstrações contábeis para fins regulatórios são separadas das demonstrações contábeis estatutárias societárias da outorgada. Há diferenças entre as práticas contábeis adotadas no Brasil e a base de preparação das informações previstas nas demonstrações para fins regulatórios, uma vez que as instruções contábeis para fins regulatórios especificam um tratamento ou divulgação alternativos em certos aspectos. Quando as instruções contábeis regulatórias não tratam de uma questão contábil de forma específica, faz-se necessário seguir as práticas contábeis adotadas no Brasil. As informações financeiras distintas das informações preparadas totalmente em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil podem não representar necessariamente uma visão verdadeira e adequada do desempenho financeiro ou posição financeira e patrimonial de uma empresa apresentar diferença de valores pela aplicação diferenciadas de algumas normas contábeis societária e regulatória, estas diferenças estão explicadas em notas explicativas, para melhor entendimento do leitor, conforme apresentado nas demonstrações contábeis preparadas de acordo com estas práticas.

3. Principais práticas contábeis regulatórias

As práticas contábeis utilizadas são as mesmas adotadas na nota 04 das demonstrações contábeis societárias.

Ativos e passivos regulatórios: O mecanismo de determinação das tarifas no Brasil garante a recuperação de determinados custos relacionados à compra de energia e encargos regulatórios por meio de repasse anual. Seguindo orientação do órgão regulador, a empresa contabiliza as variações destes custos como ativos e passivos regulatórios, quando existe uma expectativa provável de que a receita futura, equivalente aos custos incorridos, será faturada e cobrada, como resultado direto do repasse dos custos em uma tarifa ajustada de acordo com a fórmula paramétrica definida no contrato de concessão. O ativo e passivo regulatório serão realizados quando o poder concedente autorizar o repasse na base tarifária da empresa, ajustada anualmente na data de aniversário do seu contrato de concessão.

Imobilizado em serviço: Registrado ao custo de aquisição ou construção, acrescidos do valor de reavaliação registrado em 31 de dezembro de 2013. A depreciação é calculada pelo método linear, tomando-se por base os saldos contábeis registrados conforme legislação vigente. As taxas anuais de depreciação estão determinadas nas tabelas anexas à Resolução Normativa nº 674, de 11 de agosto de 2015.

O valor residual é determinado considerando a premissa de existência de indenização de parcela não amortizada de bens pela taxa de depreciação regulatória e o prazo de vigência da permissão. O valor residual de um ativo pode aumentar ou diminuir em eventuais processos de revisão das taxas de depreciação regulatória.

O resultado na alienação ou na retirada de um item do ativo imobilizado é determinado pela diferença entre o valor da venda e o saldo contábil do ativo e é reconhecido no resultado do exercício.

Imobilizado em curso: A alocação dos dispêndios diretos com pessoal mais os serviços de terceiros é prevista no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico. Estes custos são recuperados por meio do mecanismo de tarifas e preços.

A Outorgada agrega mensalmente ao custo de aquisição do imobilizado, custos com componentes menores e custos adicionais necessários a operação, os juros, as variações monetárias e cambiais, e demais encargos financeiros incorridos sobre empréstimos e financiamentos diretamente atribuídos à aquisição ou constituição de ativo qualificável considerando os seguintes critérios para capitalização: (a) período de capitalização correspondente à fase de construção do ativo imobilizado, sendo encerrado quando o item do imobilizado encontra-se disponível para utilização; (b) utilização da taxa média ponderada dos empréstimos vigentes na data da capitalização; (c) o montante dos juros, as variações monetárias e cambiais, e demais encargos financeiros capitalizados mensalmente não excedem o valor das despesas de juros apuradas no período de capitalização; e (d) os juros, as variações monetárias e cambiais e demais encargos financeiros capitalizados são depreciados considerando os mesmos critérios e vida útil determinada para o item do imobilizado ao qual foram incorporados.

Intangível: Registrado ao custo de aquisição ou realização. A amortização, quando for o caso, é calculada pelo método linear. Os encargos financeiros, juros e atualizações monetárias incorridos, relativos a financiamentos obtidos de terceiros vinculados ao intangível em andamento, são apropriados às imobilizações intangíveis em curso durante o período de construção do intangível.

Obrigações especiais vinculadas à concessão: Estão representadas pelos valores nominais ou bens recebidos de consumidores das concessionárias e de consumidores não cooperados das permissionárias, para realização de empreendimentos necessários ao atendimento de pedidos de fornecimento de energia elétrica. Esta conta é amortizada pela taxa média de depreciação dos ativos correspondentes a essas obrigações, conforme legislação vigente.

Reserva de reavaliação – valor novo de reposição (VNR): É realizada proporcionalmente à depreciação, baixa ou alienação dos respectivos bens reavaliados, mediante a transferência da parcela realizada para lucros acumulados líquida dos efeitos de imposto de renda e contribuição social. No exercício 2017 foi feita a realização da reserva de reavaliação o montante de R\$ 1.305 referente aos encargos de depreciação dos bens reavaliados e R\$ 649 relativo a baixa pela desativação.

Para fins da contabilidade societária, a Lei 11.638/2007 permitiu a manutenção dos saldos de reservas de reavaliação existentes em 31 de dezembro de 2007 até a sua efetiva realização. A reavaliação compulsória foi estabelecida pela ANEEL.

A reavaliação foi registrada em 31 de dezembro de 2013 e está de acordo com os montantes homologados pela ANEEL em 17 de setembro de 2013 conforme Resolução Homologatória nº 1.618/2013.

Reconhecimento de receita: A receita operacional do curso normal das atividades da permissionária é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é reconhecida quando existe evidência convincente de que os riscos e benefícios mais significativos foram transferidos para o comprador, de que for provável que os benefícios econômicos financeiros fluirão para a entidade, de que os custos associados possam ser estimados de maneira confiável, e de que o valor da receita operacional possa ser mensurado de maneira confiável. A receita de distribuição de energia elétrica é reconhecida no momento em que a energia é faturada. A receita não faturada, relativa ao ciclo de faturamento mensal, é apropriada considerando-se como base a carga real de energia disponibilizada no mês e o índice de perda anualizado. Historicamente, a diferença entre a receita não faturada estimada e o consumo real, a qual é reconhecida no mês subsequente, não tem sido relevante. Não existe consumidor que isoladamente represente 10% ou mais do total do faturamento. A receita referente à prestação de serviços é registrada no momento em que o serviço foi efetivamente prestado, regido por contrato de prestação de serviços entre as partes.

4. Consumidores e permissionárias

A composição das contas a receber é como segue:

VALORES CORRENTES									
DESCRIÇÃO	CORRENTE A VENCER		CORRENTE VENCIDA				Provisão p/	TOTAL 2017	TOTAL 2016
	Até 60 dias	Mais de 60 dias	Até 90 dias	De 91 a 180 dias	De 181 a 360 dias	Mais de 360 dias	Devedores Duvidosos		
Fornecimento de Energia									
Residencial baixa renda	99	5	0	1	1	1	0	107	100
Residencial	1.285	33	2	3	7	4	(18)	1.317	973
Industrial	247	2	0	0	0	0	0	249	224
Comercial	1.036	60	0	1	5	1	(6)	1.097	942
Rural	3.851	58	5	3	9	8	(11)	3.923	3.380
Poderes Públicos	212	10	0	0	0	3	(3)	222	145
Iluminação Pública	181	22	4	0	0	0	0	207	89
Serviço Público	64	0	0	0	0	0	0	64	48
Fornecimento Não Faturado	2.692	0	0	0	0	0	0	2.692	2.394
Subtotal	9.667	190	11	8	22	17	(38)	9.878	8.295
Outros créditos de energia									
Serviço Taxado	13	1	0	1	0		0	15	13
Parcelamento de Energia	108	0	0	0	0	0	0	108	31
Rendas a receber	62	5	1	0	0	0	0	68	54
(-) Arrecadação proc. classificação	0	0	0	0	0	0	0	0	(6)
Participação financ. do consumidor	0	0	0	0	0	0	0	0	6
Subtotal	183	6	1	1	0	0	0	191	98
Total	9.850	196	12	9	22	17	(38)	10.069	8.393

A provisão para créditos de liquidação duvidosa foi constituída com base nos valores a receber dos consumidores da classe residencial vencidos há mais de 90 dias, da classe comercial vencidos há mais de 180 dias e das classes industrial, rural, poderes públicos, iluminação pública e serviços públicos vencidos há mais de 360 dias, conforme estabelece a Instrução Contábil nº 6.3.2. do Manual de Contabilidade do Setor Elétrico. Engloba os recebíveis faturados, até a data de encerramento do balanço. O valor constituído de R\$ 38, considerado suficiente para cobrir eventuais perdas que possam ocorrer na realização financeira dos créditos a receber.

5. Imobilizado

5.1 A composição do imobilizado é como segue:

Ativo Imobilizado em Serviço - R\$ Mil	Valor bruto em 31/12/2016	Adições (A)	Baixas (B)	Transferências (C)	Reavaliação	Valor bruto em 31/12/2017	Adições líquidas = (A) - (B) + (C)	Depreciação Acum.	Valor líquido em 31/12/2017	Valor líquido em 31/12/2016	Obrigações Especiais Brutas	Amortização Acum.	Obrigações Especiais Líquidas
Geração	12.303	24	(1)	0	0	12.326	23	(3.538)	8.788	9.094	0	0	0
Terrenos	206	0	0	0	0	206	0	0	206	206	0	0	0
Reservatórios, barragens e adutoras	4.771	0	0	0	0	4.771	0	(1.846)	2.925	3.034	0	0	0
Edificações, Obras Cíveis e Benfeitorias	1.478	0	0	0	0	1.478	0	(588)	890	926	0	0	0
Máquinas e equipamentos	5.837	24	(1)	0	0	5.860	23	(1.093)	4.767	4.928	0	0	0
Móveis e utensílios	11	0	0	0	0	11	0	(11)	0	0	0	0	0
Distribuição	158.449	15.333	(5.185)	0	0	168.597	10.148	(61.380)	107.217	100.474	11.068	1.954	9.114
Terrenos	0	180	(90)	0	0	90	90	0	90	0	0	0	0
Edificações, Obras Cíveis e Benfeitorias	597	0	0	0	0	597	0	(64)	533	552	0	0	0
Máquinas e equipamentos	154.564	15.026	(5.095)	0	0	164.495	9.931	(59.536)	104.959	98.036	11.068	1.954	9.114
Veículos	3.189	127	0	0	0	3.316	127	(1.713)	1.603	1.852	0	0	0
Móveis e utensílios	99	0	0	0	0	99	0	(67)	32	34	0	0	0
Administração	2.425	216	(3)	0	0	2.638	213	(1.497)	1.141	1.076	0	0	0
Terrenos	196	0	0	0	0	196	0	0	196	196	0	0	0
Edificações, Obras Cíveis e Benfeitorias	1.266	0	0	0	0	1.266	0	(926)	340	382	0	0	0
Máquinas e equipamentos	506	216	(3)	0	0	719	213	(361)	358	201	0	0	0
Veículos	384	0	0	0	0	384	0	(154)	230	279	0	0	0
Móveis e utensílios	73	0	0	0	0	73	0	(56)	17	18	0	0	0
SubTotal:	173.177	15.573	(5.189)	0	0	183.561	10.384	(66.415)	117.146	110.644	11.068	1.954	9.114

COOPERATIVA DE DISTRIBUIÇÃO E GERAÇÃO DE ENERGIA DAS MISSÕES CERMISSÕES

Ativo Imobilizado em Curso - R\$ Mil	Valor bruto em 31/12/2016	Adições (A)	Baixas (B)	Transferências (C)	Reavaliação	Valor bruto em 31/12/2017	Adições líquidas = (A) - (B) + (C)	Depreciação Acum.	Valor líquido em 31/12/2017	Valor líquido em 31/12/2016	Obrigações Especiais Brutas	Amortização Acum.	Obrigações Especiais Líquidas
Geração	287	163	(288)	0	0	162	(125)	0	162	288	0	0	0
Reservatórios, barragens e adutoras	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Edificações, Obras Cíveis e Benfeitorias	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Máquinas e equipamentos	11	12	(23)	0	0	0	(11)	0	0	12	0	0	0
Adiantamento a fornecedores	276	151	(265)	0	0	162	(114)	0	162	276	0	0	0
Distribuição	9.090	50.091	(40.080)	0	0	19.101	10.011	0	19.101	9.089	2.920	0	2.920
Terrenos	90	0	(90)	0	0	0	(90)	0	0	90	0	0	0
Edificações, Obras Cíveis e Benfeitorias	13	134	0	0	0	147	134	0	147	13	0	0	0
Máquinas e equipamentos	4.923	18.368	(15.473)	0	0	7.818	2.895	0	7.818	4.924	2.920	0	2.920
Veículos	0	162	(127)	0	0	35	35	0	35	0	0	0	0
Desenvolvimento de projetos	331	1.356	(682)	0	0	1.005	674	0	1.005	331	0	0	0
Transformação, fabric. e reparo de materiais	68	1.244	(1.165)	0	0	147	79	0	147	67	0	0	0
Compras em andamento	0	6.691	(6.691)	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Material em depósito	2.065	7.065	(6.563)	0	0	2.567	502	0	2.567	2.065	0	0	0
A ratear	0	7.126	0	0	0	7.126	7.126	0	7.126	0	0	0	0
Adiantamento a fornecedores	1.600	7.945	(9.289)	0	0	256	(1.344)	0	256	1.599	0	0	0
Administração	161	109	(270)	0	0	0	(161)	0	0	161	0	0	0
Terrenos	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Edificações, Obras Cíveis e Benfeitorias	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Máquinas e equipamentos	160	84	(244)	0	0	0	(160)	0	0	160	0	0	0
Móveis e utensílios	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Compras em andamento	0	16	(16)	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Adiantamento a fornecedores	1	9	(10)	0	0	0	(1)	0	0	1	0	0	0
SubTotal:	9.538	50.363	(40.638)	0	0	19.263	9.725	0	19.263	9.538	2.920	0	2.920
Total do Ativo Imobilizado	182.715	15.573	(45.827)	0	0	202.824	20.109	(66.415)	136.409	120.182	13.988	0	12.034

5.2 A composição do intangível é como segue:

Intangível - R\$ mil	Valor bruto 31/12/2016	Adições (A)	Baixas (B)	Transferên- cias (C)	Reava- liação	Valor bruto 31/12/2017	Adições líquidas (A)- (B)+(C)	Amortização acumulada	Valor líquido 31/12/2017	Valor líquido 31/12/2016
Ativo intangível em serviço										
Geração	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Softwares	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Outros	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Distribuição	755	0	0	0	0	755	0	(510)	245	365
Softwares	755	0	0	0	0	755	0	(510)	245	365
Outros	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Administração	262	33	0	0	0	295	33	(236)	59	52
Softwares	262	33	0	0	0	295	33	(236)	59	52
Outros	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Subtotal	1.017	33	0	0	0	1.050	33	(746)	304	417
Ativo intangível em curso										
Geração	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Softwares	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Outros	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Distribuição	0	276	0	0	0	276	276	0	276	0
Servidões	0	276	0	0	0	276	276	0	276	0
Softwares	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Outros	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Administração	33	0	(33)	0	0	0	(33)	0	0	32
Softwares	33	0	(33)	0	0	0	(33)	0	0	32
Outros	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Subtotal	33	276	(33)	0	0	276	243	0	276	32
Total do ativo intangível	1.050	309	(33)	0	0	1.326	276	(746)	580	449

5.3 A composição da conta máquinas e equipamentos da atividade de distribuição é como segue:

Distribuição - Máquinas e Equipamentos - R\$ mil	Valor Bruto em 31/12/2016	Adições (A)	Baixas (B)	Transferências (C)	Reavaliação	Valor Bruto em 31/12/2017	Adições Líquidas = (A)-(B)+(C)
AIS Bruto	154.564	15.026	(5.095)	0	0	164.495	9.931
Transformador de Distribuição	1.189	2.363	(1.623)	0	0	1.929	740
Medidor	586	363	(25)	0	0	924	338
Redes Baixa Tensão (< 2,3 kV)	47.415	3.751	(973)	0	0	50.193	2.778
Redes Média Tensão (2,3 kV a 44 kV)	96.457	7.799	(2.239)	0	0	102.017	5.560
Redes Alta Tensão (69 kV)	0	0	0	0	0	0	0
Redes Alta Tensão (88 kV a 138 kV)	0	0	0	0	0	0	0
Redes Alta Tensão (>= 230 kV)	0	0	0	0	0	0	0
Subestações Média Tensão (primário 30 kV a 44 kV)	0	0	0	0	0	0	0
Subestações Alta Tensão (primário de 69 kV)	4.578	3	0	0	0	4.581	3
Subestações Alta Tensão (primário 88 kV a 138 kV)	0	0	0	0	0	0	0
Subestações Alta Tensão (primário >= a 230 kV)	0	0	0	0	0	0	0
Demais Máquinas e Equipamentos	4.339	747	(235)	0	0	4.851	512
Obrigações Especiais do AIS Bruto	(8.561)	(6.769)	0	4.262	0	(11.068)	(2.507)
Participações, Doações, Subvenções, PEE, P&D, Universalização	(8.561)	(6.769)	0	4.262	0	(11.068)	(2.507)

5.4 Ativo imobilizado líquido

Ativo Imobilizado - R\$ mil	Taxa anuais médias de depreciação (%)	2017		2016	
		Valor bruto	Depreciação e amort. acumulada	Valor líquido	Valor líquido
Em serviço					
Geração		12.326	(3.538)	8.788	9.094
Custo Histórico		9.729	(2.498)	7.231	7.475
Correção Monetária Especial		0	0	0	0
Reavaliação		2.597	(1.040)	1.557	1.619
Distribuição		168.597	(61.380)	107.217	100.474
Custo Histórico		130.274	(42.481)	87.793	78.937
Correção Monetária Especial		0	0	0	0
Reavaliação		38.323	(18.899)	19.424	21.537
Administração		2.638	(1.497)	1.141	1.076
Custo Histórico		3.166	(1.861)	1.305	1.256
Correção Monetária Especial		0	0	0	0
Reavaliação		(528)	364	(164)	(180)
		183.561	(66.415)	117.146	110.644
Em Curso					
Geração		162	0	162	287
Distribuição		19.101	0	19.101	9.090
Administração		0	0	0	161
		19.263	0	19.263	9.538
		202.824	(66.415)	136.409	120.182

5.5 A composição das adições do exercício, por tipo de gastos capitalizado, é como segue:

Adições do Ativo Imobilizado em Curso R\$ mil	Material equipamentos	Serviços de terceiros	Mão de obra própria	Outros gastos	Total
Edificações, obras civis e benfeitorias	0	129	5	0	134
Máquinas e equipamentos	9.035	7.482	1.663	284	18.464
A ratear	0	6.983	120	23	7.126
Desenvolvimento de projetos	0	1.346	10	0	1.356
Transformação, fabr. e reparo de materiais	883	290	71	0	1.244
Material em depósito	7.065	0	0	0	7.065
Compras em andamento	6.707	0	0	0	6.707
Adiantamentos a fornecedores	1.782	6.323	0	0	8.105
Veículos	139	23	0	0	162
Total das adições	25.611	22.576	1.869	307	50.363

As principais taxas anuais de depreciação por macro atividade, de acordo com a Resolução ANEEL nº 674/2015 de 11 de agosto de 2015 são as seguintes:

	Taxas anuais de depreciação (%)
Geração	
Edificação - casa de força	2,00
Reservatórios, barragens e adutoras	2,00
Turbina hidráulica	2,50
Painel, mesa de comando e cubículos	3,57
Comporta	3,33
Gerador	3,33
Distribuição	
Banco de capacitores	6,67
Barramento	2,50
Chave inferior a 69 Kv	6,67
Chave igual superior a 69 Kv	3,33
Condutor do sistema	3,57
Disjuntor igual ou superior a 69 kv	3,03
Estrutura do sistema (poste)	3,57
Painel, mesa de comando e cubículos	3,57
Regulador de tensão	4,35
Religador	4,00
Transformador de distribuição	4,00
Transformador de força	2,86
Administração Central	
Equipamento geral	6,25
Equipamento geral de informática	16,67
Edificação	3,33

De acordo com os artigos 63 e 64 do Decreto nº 41.019 de 26 de fevereiro de 1957, os bens e instalações utilizados na geração, transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica são vinculados a estes serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do órgão regulador. O ato normativo que regulamenta a desvinculação de bens das concessões do serviço público de energia elétrica concede autorização prévia para desvinculação de bens inservíveis à concessão, quando destinados à alienação, determinando que o produto da alienação seja depositado em conta bancária vinculada para aplicação na concessão.

As dez principais adições (pelo critério de valor) ao imobilizado em serviço no exercício foram:

	Descrição do Bem	R\$ - mil
1	Condutores de alumínio com alma de aço 336,4 MCM	1.946
2	Reguladores de tensão monofásicos 460 KVA	456
3	Postes de concreto 12 m 400 dan	402
4	Condutores de alumínio, protegido XLPE, 185 mm ²	349
5	Condutores de alumínio, protegido XLPE, 185 mm ²	349
6	Condutores de alumínio com alma de aço 4/0 AWG	349
7	Condutores de alumínio com alma de aço 2/0 AWG	218
8	Reguladores de tensão monofásicos 460 KVA	188
9	Condutores de alumínio com alma de aço 1/0 AWG	166
10	Reguladores de tensão monofásicos 460 KVA	162

As dez principais baixas (pelo critério de valor) do imobilizado em serviço no exercício foram:

	Descrição do Bem	R\$ - mil
1	Condutores de alumínio 4 AWG	114
2	Reguladores de tensão monofásico 460 kva	101
3	Postes de concreto 11 m 200 dan	70
4	Condutores de alumínio 2 AWG	64
5	Regulador de tensão monofásico 460 kva	60
6	Regulador de tensão monofásico 460 kva	51
7	Banco capacitor automatico com comando eletronico 210 kva	43
8	Religador ESV 2712 800 A	38
9	Regulador de tensão monofásico 230 kva	35
10	Regulador de tensão monofásico 230 kva	35

6. Ativos e passivos regulatórios

O acordo geral do setor elétrico, assinado em 2001, e a nova regulamentação do setor de energia elétrica implicaram na constituição de diversos ativos e passivos regulatórios, bem como no diferimento dos impostos federais incidentes sobre parte desses ativos e passivos (são quitados à medida que os ativos e passivos são recebidos e/ou pagos).

6.1 Demais ativos e passivos regulatórios

A movimentação das contas de demais ativos e passivos regulatórios é a seguinte:

Ativos financeiros setoriais - R\$ mil	Saldo em 31/12/2016	Adição	Amortização	Transferências	Saldo em 31/12/2017	Valores em amortização	Valores em constituição
Demais ativos financeiros setoriais	1.512	1.877	(2.209)	0	1.180	563	617
PIS/Cofins sobre compra de energia	1.252	1.472	(1.865)	0	859	412	448
Neutralidade da parcela A	0	215	(110)	0	105	151	105
Outros	260	190	(234)	0	216	0	64
(-) Provisão p/ redução ao valor recup.	0	0	0	0	0	0	0
Total ativos financeiros setoriais	1.512	1.877	(2.209)	0	1.180	563	617

Passivos financeiros setoriais - R\$ mil	Saldo em 31/12/2016	Adição	Amortização	Transferências	Saldo em 31/12/2017	Valores em amortização	Valores em constituição
Demais passivos financeiros setoriais	(2.769)	2.629	(727)	0	(867)	(822)	(45)
PIS/Cofins sobre compra de energia	(818)	0	314	0	(504)	(504)	0
Neutralidade da parcela A	(172)	763	(873)	0	(282)	(282)	0
Devoluções tarifárias	(1.644)	1.644	0	0	0	0	0
Outros	(135)	222	(168)	0	(81)	(36)	(45)
Total passivos financeiros setoriais	(2.769)	2.629	(727)	0	(867)	(822)	(45)

i) PIS/Cofins sobre compra de energia

A permissionária registrou de acordo com critério definido pela ANEEL, os créditos de PIS/Cofins incidente no suprimento de energia elétrica como um ativo regulatório. O ressarcimento desse ativo será por meio da inclusão no próximo reajuste tarifário como um componente financeiro.

ii) Neutralidade da parcela A

Trata-se do valor referente a uma inconsistência da metodologia de cálculo do reajuste tarifário em anos anteriores conforme contratos de concessão vigentes, que gerou em tarifa superior à devida, uma vez que não foi assegurada a neutralidade dos itens dos custos não gerenciáveis da parcela A.

A diferença entre os valores apurados nas contabilidades societária e regulatória se refere à constituição e registro da neutralidade dos encargos setoriais (parcela A) – denominados custos não gerenciáveis e corresponde à diferença entre os valores destes encargos, em relação ao mercado verificado (em curso), e a constituição de componentes financeiros ativos em curso em relação ao próximo reajuste tarifário.

iii) Outros

A constituição de componentes financeiros ativos (DIC e FIC) em curso em relação ao próximo reajuste tarifário além dos componentes financeiros reconhecidos na primeira revisão tarifária.

7. Empréstimos e financiamentos

A composição de empréstimos e financiamentos em 31 de dezembro de 2017 é como segue:

INSTITUIÇÃO / LINHA CREDORA	Principal curto prazo	Principal + juros LP	Saldo total	Adimplente	Data captação/ repactuação	Tipo de garantia	Spread % a.a.	Data próximo pgto juros	Freqüência pgto juros
Financ. / Emprést. Moeda Nacional									
Eetrobras	1.757	1.697	3.454	Sim	mar-05	Recebíveis	5,00%	31/01/18	Mensal

Data próxima amortização	Vencimento final	Freqüência amortização	Sistemática amortização	Cronograma de amortização de principal e juros de longo prazo						
				2019	2020	2021	2022	2023	2023+	Total
31/01/18	30/10/22	Mensal	SAC	475	446	423	353	-	-	1.697

Abertura dos ativos financeiros:

Instituição/linha devedora	Principal curto prazo	Principal + juros LP	Saldo total
Ativos financeiros	591	0	591
Caixa e aplicações financeiras	591	0	591
Caixa e equivalente de caixa	591	0	591
Aplicações financeiras	0	0	0
Títulos e valores mobiliários	0	0	0

Composição do endividamento e dívida líquida:

Instituição/linha devedora	Principal curto prazo	Principal + juros LP	Saldo total
(+) Dívida bruta	1.757	1.697	3.454
Financ./empréstimo moeda nacional	1.757	1.697	3.454
Diversos	0	0	0
(-) Ativos financeiros	(591)	0	(591)
Alta liquidez	(591)	0	(591)
Demais aplicações financeiras	0	0	0
(+) Dívida líquida I	1.166	1.697	2.863
(+/-) Derivativos/fair value	0	0	0
(+) Dívida líquida II	1.166	1.697	2.863

8. Provisões para litígios

A composição desta conta é como segue:

R\$ mil	Trabalhistas	Cíveis	Fiscais	Total
Saldos em 31/12/2016	0	37	0	37
Constituição	0	446	0	446
Pagamentos	0	0	0	0
Ganhos de causa/ajustes probabilidades	0	0	0	0
Atualização monetária	0	0	0	0
Baixas	0	(37)	0	(37)
Outros	0	0	0	0
Saldos em 31/12/2017	0	446	0	446

9. Obrigações vinculadas à concessão do serviço público de energia elétrica

São obrigações vinculadas à concessão do serviço público de energia elétrica e representam os valores da União, dos Estados, dos Municípios e dos consumidores, bem como as doações não condicionadas a qualquer retorno a favor do doador e às subvenções destinadas a investimentos no serviço público de energia elétrica na atividade de distribuição.

A composição destas obrigações:

Obrigações especiais - R\$ mil	Depreciação taxa média anual	Custo histórico 2017	Correção monetária especial	Reavaliação	Total 2017
Em serviço		11.068	0	0	11.068
Participação da União, Estados e Municípios		4.121	0	0	4.121
Participação financeira do consumidor		6.919	0	0	6.919
Doações e subv. a invest. no serviço concedido		18	0	0	18
Programa de eficiência energética - PEE		0	0	0	0
Pesquisa e desenvolvimento		10	0	0	10
Universalização serv. púb. de energia elétrica		0	0	0	0
Outros		0	0	0	0
Ultrapassagem de demanda		0	0	0	0
Excedente de reativos		0	0	0	0
Diferença das perdas regulatórias		0	0	0	0
Outros		0	0	0	0
(-) Amortização acumulada - AIS	4,36%	(1.954)	0	0	(1.954)
Participação da União, Estados e Municípios		(1.225)	0	0	(1.225)
Participação financeira do consumidor		(725)	0	0	(725)
Doações e subv. a invest. no serviço concedido		(3)	0	0	(3)
Programa de eficiência energética - PEE		0	0	0	0
Pesquisa e desenvolvimento		(1)	0	0	(1)
Universalização serv. púb. de energia elétrica		0	0	0	0
Outros		0	0	0	0
Ultrapassagem de demanda		0	0	0	0
Excedente de reativos		0	0	0	0
Diferença das perdas regulatórias		0	0	0	0
Outros		0	0	0	0
Total		9.114	0	0	9.114

A movimentação ocorrida no exercício pode assim ser resumida:

Obrigações especiais - R\$ mil	Valor bruto 31/12/2016	Adições (A)	Baixas (B)	Valor bruto 31/12/2017	Adições líquidas (A)-(B)	Valor líquido 31/12/2017	Valor líquido 31/12/2016
Em curso							
Participação da União, Estados e Municípios	0	0	0	0	0	0	0
Participação financeira do consumidor	(139)	8.343	(7.823)	381	520	381	(139)
Doações e subv. a investimentos no serviço concedido	0	0	0	0	0	0	0
Programa de eficiência energética - PEE	0	0	0	0	0	0	0
Pesquisa e desenvolvimento	0	0	0	0	0	0	0
Universalização do serviço público de energia elétrica	0	0	0	0	0	0	0
Valores pendentes de recebimento	6	698	(704)	0	(6)	0	6
Valores não aplicados	72	660	(700)	32	(40)	32	72
Outros	1.587	938	(19)	2.506	919	2.506	1.587
Ultrapassagem de demanda	687	454	(16)	1.125	438	1.125	687
Excedente de reativos	900	484	(3)	1.381	481	1.381	900
Diferença das perdas regulatórias	0	0	0	0	0	0	0
Outros	0	0	0	0	0	0	0
Total	1.526	10.639	(9.246)	2.919	1.393	2.919	1.526

COOPERATIVA DE DISTRIBUIÇÃO E GERAÇÃO DE ENERGIA DAS MISSÕES CERMISSÕES

As principais adições (pelo critério de valor) de obrigações especiais no exercício foram:

	R\$ - mil
1 Fábio Rogério Celi	266
2 Rubens de Oliveira Peixoto	147
3 Ardi Jaeger	66
4 Luiz Carlos Machado Gonçalves	43
5 André Noé Librelotto Stefanello	43
6 José Danilo Adms	37
7 Sebaldo Afonso Langer	25
8 Ardi Jaeger	24
9 Elio Roque Ottoni	22
10 Vítorino Pieniz	21

10. Patrimônio líquido

a) Capital social:

O capital social da Cooperativa, no valor de R\$ 7.271 é formado por cotas partes referente a 29.410 associados (R\$ 7.267 em 2016).

R\$ mil	2017	2016
Capital Subscrito	7.301	7.298
(-) Capital a realizar	(30)	(30)
Total	7.271	7.268

b) Reservas de capital:

R\$ mil	2017	2016
Reserva de equalização	8.445	8.445
Doações e subvenções para investimentos	2.928	2.928
Total	11.373	11.373

c) Outros resultados abrangentes:

R\$ mil	2017	2016
Reserva de reavaliação	7.495	8.800
Reserva de reavaliação - VNR	26.993	27.642
Total	34.488	36.442

d) Reservas de sobras:

R\$ mil	2017	2016
Reserva legal	39.286	32.019
Rates - Reserva assistência técnica educ. social	11.979	9.312
Reserva de expansão e manutenção	15.561	15.561
Reserva de investimento	7.398	7.478
Equalização do resultado regulatório e societário	(8.682)	(6.252)
Total	65.542	58.118

e) Natureza e finalidade das reservas:

Reserva legal: é indivisível para distribuição entre os cooperados, mas a sua constituição é obrigatória conforme a Lei nº 5.764/1971. De acordo com o Art. 55 do Estatuto Social da Cooperativa as sobras líquidas do exercício serão deduzidos 50% para a constituição da reserva legal, além de eventuais destinações a critério da assembleia geral. Destina-se a reparar perdas e atender ao desenvolvimento das atividades da Cooperativa.

Reserva de assistência técnica, educacional e social: também é indivisível entre os cooperados, sendo constituído por 20% das sobras líquidas do exercício social e pelo resultado das operações com terceiros, conforme previsão estatutária, destinado à cobertura de gastos com assistência técnica, educacional e social dos cooperados, seus dependentes e seus próprios colaboradores. Sua constituição é estabelecida pela Lei nº 5.764/1971.

COOPERATIVA DE DISTRIBUIÇÃO E GERAÇÃO DE ENERGIA DAS MISSÕES CERMISSÕES

O resultado positivo apurado com o ato não cooperativo foi de R\$ 567, o qual foi transferido para o RATES – Reserva de assistência técnica educacional e social, conforme prevê a legislação cooperativista.

f) Sobras à disposição da assembleia geral ordinária:

Demonstração R\$ mil	2017	2016
Resultado do exercício	15.101	9.585
Destinações:		
Reserva legal	7.267	4.374
Reserva de assistência técnica educacional e social	3.474	2.587
Sobras à disposição da assembleia geral ordinária	4.360	2.624

As sobras apuradas após a constituição das reservas ficam à disposição da assembleia geral ordinária para deliberação quanto a sua destinação.

11. Receita operacional bruta

Receita bruta	Nº Consumidores		MWh mil		R\$ mil	
	2017	2016	2017	2016	2017	2016
Fornecimento faturado	26.228	25.951	111.285	106.558	57.737	51.752
Residencial	8.470	8.273	16.050	15.075	11.443	10.396
Industrial	20	21	4.308	3.696	2.284	1.987
Comercial	1.385	1.345	13.482	12.793	10.299	9.496
Rural	15.762	15.721	68.379	66.521	28.892	25.564
Poder público	460	461	3.346	3.172	2.408	2.192
Iluminação pública	108	107	4.713	4.371	1.763	1.545
Serviço público	23	23	1.007	930	648	572
Suprimento faturado	0	0	0	0	0	0
Uso da rede elétrica de distribuição faturado	0	0	0	0	0	0
Consumidores cativos	0	0	0	0	0	0
Consumidores livres	0	0	0	0	0	0
Encargos de conexão de agentes de geração	0	0	0	0	0	0
Permissionárias	0	0	0	0	0	0
Uso da rede elétrica de transmissão faturado	0	0	0	0	0	0
(-) Transferências	0	0	0	0	(919)	(538)
(-) Trsf p/ obrig. espec. do AIC - ultrapassagem demanda	0	0	0	0	(438)	(252)
(-) Trsf p/ obrig. espec. do AIC - excedente de reativos	0	0	0	0	(481)	(286)
(-) Trsf p/ obrig. espec. do AIC - diferença perdas regulatórias	0	0	0	0	0	0
Fornecimento/suprimento/rede elétrica - não faturado	0	0	0	0	299	473
Constituição e amortiz. - CVA ativa e passiva	0	0	0	0	0	0
Constituição e amortiz. - RTP diferimento ou devolução	0	0	0	0	0	0
Constituição e amortiz. - demais ativos e passivos regulatórios	0	0	0	0	1.522	2.318
Serviços cobráveis	0	0	0	0	82	76
Subvenções vinculadas ao serviço concedido	0	0	0	0	9.669	8.942
Outras receitas	0	0	0	0	262	146
Total	26.228	25.951	111.285	106.558	68.652	63.169

12. Pessoal e administradores

Pessoal e administradores - R\$ mil	2017	2016
Pessoal	12.034	11.699
Remuneração	7.839	7.667
Encargos	2.914	2.836
Previdência privada	0	0
Previdência - fundação mantenedora	0	0
Previdência - déficit ou superávit atuarial	0	0
Assistência médica	0	0
Programa de demissão voluntária	0	0
Despesas rescisórias	138	195
Participação nos lucros e resultados - PLR	492	273
(-) Créditos de tributos recuperáveis	0	0
Outros	651	728
Administradores	898	897
Honorários e encargos (diretoria e conselho)	805	768
Benefícios dos administradores	93	129
(-) Créditos de tributos recuperáveis	0	0
Total	12.932	12.596

13. Demonstrações do resultado do exercício segregado por atividade

Em atendimento às instruções e orientações da ANEEL, apresentamos a demonstração do resultado do exercício por atividade - até a rubrica de resultado da atividade de 31 de dezembro de 2017, da unidade de negócio geração.

Ano 2017 - R\$ mil	Geração	Transmissão	Comercialização	Total
Receita/ingresso	2.113	0	0	2.113
Fornecimento de energia elétrica	2.113	0	0	2.113
Tributos	429	0	0	429
ICMS	386	0	0	386
PIS-PASEP	8	0	0	8
Cofins	35	0	0	35
ISS	0	0	0	0
Encargos - parcela "A"	194	0	0	194
Pesquisa e desenvolvimento - P&D	0	0	0	0
Conta de desenvolvimento econômico - CDE	123	0	0	123
Compensação financeira pela utilização de rec. hídricos - CFURH	0	0	0	0
Taxa de fiscalização de serviços de energia elétrica - TFSEE	6	0	0	6
Outros encargos	65	0	0	65
Receita líquida/ingresso líquido	1.490	0	0	1.490
Custos não gerenciáveis - parcela "A"	0	0	0	0
Energia elétrica comprada para revenda	0	0	0	0
Resultado antes dos custos gerenciáveis	1.490	0	0	1.490
Custos gerenciáveis - parcela "B"	966	0	0	966
Pessoal e administradores	497	0	0	497
Material	43	0	0	43
Serviços de terceiros	58	0	0	58
Seguros	9	0	0	9
Tributos	8	0	0	8
Depreciação e amortização	335	0	0	335
Gastos diversos	16	0	0	16
Resultado da atividade	524	0	0	524

14. Revisão e reajuste tarifário

14.1 Revisão tarifária periódica

O contrato de permissão nº 030/2010 pactuado em 31 de março de 2010, entre a União e a Cermissões por intermédio da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, que regula a exploração dos serviços públicos de distribuição de energia elétrica na área de permissão da Cermissões. O Contrato de Permissão prevê que, a cada quatro anos, ocorrerá a revisão dos valores das tarifas aplicadas.

Recentemente, a Resolução Normativa 704, de 22 de março de 2016, aprovou o Submódulo 8.4 e a revisão dos Submódulos 8.1, 8.2 e 8.3 do PRORET – Procedimentos de Regulação Tarifária, que definem as regras de reajuste e revisão tarifária das permissionárias de serviço público de distribuição de energia elétrica e minuta de termo aditivo ao contrato de permissão.

A conclusão da revisão tarifária resultou na Resolução Homologatória 2.278 de 25 de julho de 2017.

Assim, as tarifas de aplicação da Cermissões, constantes da Resolução Homologatória nº 2.116, de 26 de julho de 2016, alteradas pela Resolução Homologatória nº 2.214 de 28 de março de 2017, ficam em média reajustadas em 15,76% (quinze vírgula setenta e seis por cento), correspondendo ao efeito tarifário médio a ser percebido pelos consumidores/usuários/agentes supridos da distribuidora.

14.2 Reajuste tarifário anual

As revisões tarifárias diferem dos reajustes na Estrutura Tarifária, quando são definidos os valores da tarifa de referência, nos reajustes esses valores são somente atualizados.

14.3 Composição da base de remuneração regulatória

A remuneração regulatória, pela nova regra, a permissionária Cermissões poderia optar por assinar novo termo aditivo ao contrato de permissão ficando livre para definir a Parcela B seguindo a metodologia do PRORET 8.4 ou continuar com tarifas definidas pelo PRORET 8.1. A Cermissões optou por celebrar o termo aditivo contratual.

Por meio do Ofício 041/2017 de 20 de junho de 2017, a Cermissões solicitou a parcela B totalizando o valor de R\$ 34.800.167,43 para cobrir os custos com administração, operação e expansão do sistema, o que ficou abaixo do limite estabelecido pela agência reguladora que era o montante de R\$ 39.632.438,65.

A seguir na tabela verificamos o resumo do cálculo da base de remuneração regulatória e quota de reintegração.

Descrição	Valores - R\$ mil
(1) Ativo imobilizado em serviço (valor novo de reposição)	164.842
(2) Obrigações especiais bruta	10.271
(3) Bens totalmente depreciados	2.517
(4) Base de remuneração bruta = (1)-(2)-(3)	152.054
(5) Depreciação acumulada	61.017
(6) Valor da base de remuneração (VBR) = (1)-(5)	103.825
(7) Obrigações especiais líquida	8.702
(8) Terrenos e servidões	408
(9) Almojarifado em operação	366
(10) Base de remuneração líquida total = (6)-(7)+(8)+(9)	95.899
(11) Taxa de depreciação	4,00%
(12) $R_{waccpré}$	9,77%
(13) Remuneração de capital (RC)=(10)*(12)	9.561
(14) Quota de reintegração regulatória (QRR)=(5)*(12)	6.082

COOPERATIVA DE DISTRIBUIÇÃO E GERAÇÃO DE ENERGIA DAS MISSÕES CERMISSÕES

Ativos de Geração	
Descrição	Valores - R\$ mil
(1) Ativo imobilizado em serviço (valor novo de reposição)	9.614
(2) Índice de aproveitamento integral	0
(3) Obrigações especiais	0
(4) Bens totalmente depreciados	21
(5) Base de remuneração bruta = (1)-(2)-(3)-(4)	9.593
(6) Depreciação acumulada	2.335
(7) AIS líquido (valor de mercado em uso)	7.279
(8) Índice de aproveitamento depreciado	0
(9) Valor da base de remuneração (VBR)	7.279
(10) Almojarifado em operação	0
(11) Ativo diferido	0
(12) Obrigações especiais líquida	0
(13) Terrenos e servidões	0
(14) Base de remuneração líquida total = (1)-(6)-(8)+(10)	7.279
(17) Taxa de depreciação	4%
(18) Quota de reintegração regulatória (QRR)=(5)*(17)	384
(19) Remuneração de capital (RC)	274

14.4 Resumo da revisão tarifária (ou reajuste tarifário)

Aplicando-se as metodologias definidas no PRORET 8.4, que trata da revisão tarifária das permissionárias de distribuição de energia elétrica, os valores requeridos pela permissionária Cermissões, conforme regulamento já mencionado, foram os constantes na tabela a seguir, sendo que os mesmos foram homologados pela Aneel em procedimento próprio de revisão tarifária.

Descrição - R\$ mil	Receita último IRT	Receita verificada	Revisão	Var projetado (%)	Impacto na revisão tarifaria	Part. receita (%)
1. PARCELA A (1.1 + 1.2 + 1.3)	17.619	22.019	4.400	24,97%	8,45%	38,76%
1.1 Encargos setoriais	4.687	3.957	(730)	-15,59%	-1,40%	6,97%
TFSEE	157	157	0	0,00%	0,00%	0,28%
CDE	3.606	2.961	(645)	-17,89%	-1,24%	5,21%
PROINFA	924	839	(85)	-9,20%	-0,16%	1,48%
1.2 Transmissão	2.312	3.027	715	30,93%	1,37%	5,33%
CUSD	2.312	3.027	715	30,93%	1,37%	5,33%
1.3 Compra de energia	10.620	15.035	4.415	41,57%	8,48%	26,46%
CCEAR existente	10.620	15.035	4.415	41,57%	8,48%	26,46%
2. Parcela B (2.1 +2.2 + 2.3 + 2.4 + 2.5)	34.457	34.800	0,343	0,00%	0,66%	61,25%
2.1. Parcela B	34.457	34.800	0,343	0,00%	0,66%	61,25%
3. Reposicionamento econômico	9,10%	0	0	0	0	0
4. Componentes financeiros	1,02%	0	0	0	0	0
5. Reposicionamento com financeiros	10,12%	0	0	0	0	0
6. Financeiros retirados do IRT anterior	5,64%	0	0	0	0	0
7. Efeito para consumidor	15,76%	0	0	0	0	0

15. Conciliação do balanço patrimonial regulatório e societário

Para fins estatutários, a Outorgada seguiu a regulamentação societária para a contabilização e elaboração das demonstrações contábeis societárias, sendo que para fins regulatórios, a Outorgada seguiu a regulamentação regulatória, determinada pelo órgão regulador. Dessa forma, uma vez que há diferenças entre as práticas societárias e regulatórias, faz-se necessária a apresentação da reconciliação das informações apresentadas seguindo as práticas regulatórias com as informações apresentadas seguindo as práticas societárias.

	Nota	31/12/2017			31/12/2016		
		Societário	Ajustes CPC	Regulatório	Societário	Ajustes CPC	Regulatório
ATIVO							
Circulante							
Consumidores, conces. e permissionárias	15.1	10.069	0	10.069	8.393	0	8.393
Despesas pagas antecipadamente	15.2	1.180	0	1.180	1.512	0	1.512
Outros ativos circulantes não afetados		3.937	0	3.937	5.929	0	5.929
Sub Total		15.186	0	15.186	15.834	0	15.834
Ativo financeiro da permissão	15.3	7.180	(7.180)	0	5.029	(5.029)	0
Outros ativos circulantes não afetados		1.515	0	1.515	935	0	935
Sub Total		8.695	(7.180)	1.515	5.964	(5.029)	935
Investimentos							
Imobilizado	15.4	0	136.409	136.409	0	120.182	120.182
Em serviço		0	183.560	183.560	0	173.177	173.177
(-) Reintegração acumulada		0	(66.415)	(66.415)	0	(62.533)	(62.533)
Em curso		0	19.264	19.264	0	9.538	9.538
Intangíveis	15.5	108.993	(108.413)	580	92.626	(92.177)	449
Em serviço		137.129	(136.080)	1.049	126.943	(125.926)	1.017
(-) Reintegração acumulada		(47.676)	46.931	(745)	(43.887)	43.287	(600)
Em curso		19.540	(19.264)	276	9.570	(9.538)	32
TOTAL DO ATIVO		133.012	20.816	153.828	114.545	22.976	137.521
PASSIVO							
Circulante							
Passivos regulatórios		868	0	868	2.769	0	2.769
Outros passivos circulantes não afetados		16.196	0	16.196	8.166	0	8.166
Sub Total		17.064	0	17.064	10.935	0	10.935
Outros passivos circulantes não afetados		11.224	2.506	13.730	9.174	1.587	10.761
Sub Total	15.6	11.224	2.506	13.730	9.174	1.587	10.761
Patrimônio líquido							
Capital social		7.271	0	7.271	7.268	0	7.268
Reserva de capital		11.373	0	11.373	11.373	0	11.373
Reserva de sobras		74.225	(8.683)	65.542	64.371	(6.253)	58.118
Reserva avaliação patrimonial		7.495	26.993	34.488	8.800	27.642	36.442
Lucro (prejuízo) acumulado		4.360	0	4.360	2.624	0	2.624
Sub Total	15.7	104.724	18.310	123.034	94.436	21.389	115.825
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMONIO LÍQUIDO		133.012	20.816	153.828	114.545	22.976	137.521

COOPERATIVA DE DISTRIBUIÇÃO E GERAÇÃO DE ENERGIA DAS MISSÕES CERMISSÕES

	Nota	31/12/2017			31/12/2016		
		Societário	Ajuste CPC	Regulatório	Societário	Ajuste CPC	Regulatório
RECEITA OPERACIONAL BRUTA	11	82.597	(13.945)	68.652	75.604	(12.435)	63.169
Fornecimento de energia elétrica		2.113	0	2.113	1.519	0	1.519
Receita de disponibilidade da rede elétrica		57.441	(919)	56.522	53.023	(538)	52.485
Doações, contribuições e subvenção econômica		9.669	0	9.669	8.942	0	8.942
Receita de atividade não vinculada	15.9	13.292	(13.026)	266	12.043	(11.897)	146
Outras receitas vinculadas		82	0	82	77	0	77
DEDUÇÕES DA RECEITA OPERACIONAL		16.893	0	16.893	16.038	(3)	16.035
Tributos e encargos		11.422	0	11.422	10.024	(2)	10.022
Federais		1.103	0	1.103	916	0	916
Estaduais e municipais		10.319	0	10.319	9.108	(2)	9.106
Encargos parcela A		5.471	0	5.471	6.014	(1)	6.013
Pesquisa e desenvolvimento - P & D		0	0	0	84	0	84
Conta de desenvolvimento econômico - CDE		3.126	0	3.126	4.478	0	4.478
Programa de eficiência energética - PEE		0	0	0	84	0	84
Taxa de fiscalização - TFSE		148	0	148	133	0	133
Outros encargos		2.197	0	2.197	1.235	(1)	1.234
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA		65.704	(13.945)	51.759	59.566	(12.432)	47.134
CUSTOS NÃO GERENCIÁVEIS - Parcela "A"		15.239	0	15.239	16.462	0	16.462
Energia elétrica comprada para revenda		13.334	0	13.334	14.395	0	14.395
Energia elétrica comprada para revenda - Proinfa		833	0	833	694	0	694
Encargos de uso do sistema de transmissão/distrib.		1.072	0	1.072	1.373	0	1.373
RESULTADO ANTES DOS CUSTOS GERENCIÁVEIS		50.465	(13.945)	36.520	43.104	(12.432)	30.672
CUSTOS GERENCIÁVEIS – Parcela "B"		39.252	(10.866)	28.386	34.587	(9.787)	24.800
Pessoal		12.034	0	12.034	11.698	1	11.699
Administradores		898	0	898	897	0	897
Material		1.612	0	1.612	1.788	0	1.788
Serviços de terceiros		1.642	0	1.642	1.681	0	1.681
Arrendamentos e alugueis		122	0	122	109	0	109
Tributos		140	0	140	88	0	88
Seguros		35	0	35	45	0	45
Outros	15.9	16.182	(13.026)	3.156	13.467	(11.896)	1.571
Provisão devedores duvidosos		427	0	427	(403)	0	(403)
Depreciação/Amortização		5.124	1.511	6.635	4.667	1.567	6.234
Doações e contribuições		172	0	172	153	0	153
Outras receitas operacionais		(135)	0	(135)	(291)	0	(291)
Outras despesas operacionais		1.205	649	1.854	852	539	1.391
Recuperação de despesas		(206)	0	(206)	(164)	0	(164)
Despesa de atividade não vinculada		0	0	0	0	2	2
RESULTADO DA ATIVIDADE DA CONCESSÃO		10.969	(3.079)	7.890	8.377	(2.649)	5.728
RESULTADO EXTRA-CONCESSÃO		244	0	244	140	4	144
Receita financeira		811	0	811	1.210	0	1.210
Despesa financeira		(601)	0	(601)	(1.013)	0	(1.013)
LUCRO (PREJUÍZO) ANTES IRPJ/CSLL		11.423	(3.079)	8.344	8.714	(2.645)	6.069
Imposto de renda		237	0	237	313	0	313
Contribuição social		94	0	94	121	0	121
LUCRO (PREJUÍZO)	15.8	11.092	(3.079)	8.013	8.280	(2.645)	5.635

15.1 Consumidores

Os valores a receber são provenientes, principalmente do fornecimento de energia elétrica dos associados da Cooperativa e estão registrados no ativo circulante, conforme demonstrado na nota explicativa número 04.

15.2 Ativos regulatórios

A diferença entre os valores apurados nas contabilidades societária e regulatória se refere à constituição e registro da neutralidade dos encargos setoriais (parcela A) – denominados custos não gerenciáveis e corresponde à diferença entre os valores destes encargos, em relação ao mercado verificado (em curso), e a constituição de componentes financeiros ativos em curso em relação ao próximo reajuste tarifário, além dos componentes financeiros reconhecidos na primeira revisão tarifária.

COOPERATIVA DE DISTRIBUIÇÃO E GERAÇÃO DE ENERGIA DAS MISSÕES CERMISSÕES

R\$ mil	2017	2016
Neutralidade da parcela "A" – em curso	105	0
Componentes financeiros – em curso	448	395
Componentes financeiros - reconhecidos	412	857
Neutralidade da parcela "A" – pedido de reconsideração	151	260
Ajuste subsidio CDE - em curso	64	0
Total	1.180	1.512

15.3 Ativo financeiro da Concessão

O ativo financeiro indenizável é decorrente da aplicação do ICPC 01 e corresponde à parcela dos bens e instalações, que em função de suas vidas úteis e do prazo de permissão, não estarão amortizados ao final do mesmo. Conforme previsto no contrato de permissão o valor dos mesmos será objeto de indenização.

15.4 Imobilizado

Os bens e instalações vinculados diretamente ou indiretamente às atividades da permissão, na contabilidade societária estão registrados, no grupo do ativo não circulante, intangível e a parcela referente aos bens que serão depreciados após o prazo de permissão estão registrados como ativo financeiro (nota 2).

R\$ mil	2017	2016
Em serviço		
Geração	8.787	9.095
Terrenos	206	206
Reserv. barragens e adutoras	2.924	3.034
Edificações	890	926
Máquinas e equipamentos	4.767	4.929
Móveis e utensílios	0	0
Distribuição	102.555	100.472
Terrenos	0	0
Edificações	5	553
Máquinas e equipamentos	100.917	98.032
Veículos	1.602	1.851
Móveis e utensílios	31	36
Sistema de transmissão associado	4.662	0
Terrenos	90	0
Edificações	528	0
Máquinas e equipamentos	4.043	0
Veículos	0	0
Móveis e utensílios	1	0
Administração	1.141	1.077
Terrenos	196	196
Edificações	341	383
Máquinas e equipamentos	358	201
Veículos	230	278
Móveis e utensílios	16	19
Subtotal	117.145	110.644
Em curso		
Geração	162	287
Distribuição	5.711	9.090
Sistema de transmissão associado	13.391	0
Administração	0	161
Subtotal	19.264	9.538
Total do imobilizado	136.409	120.182
Imobilizado líquido	136.409	120.182

Conforme o Decreto nº 41.019/1957, os bens e instalações utilizados principalmente na distribuição e comercialização de energia elétrica são vinculados a esses serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização da ANEEL.

A Resolução nº 20/1999 da ANEEL, entretanto, regulamentou a desvinculação de bens das concessões do serviço público de energia elétrica, concedendo autorização prévia para desvinculação de bens inservíveis à concessão, quando destinados à alienação, determinando que o produto da alienação seja depositado em conta bancária vinculada para aplicação na concessão.

Foram utilizadas as taxas anuais constantes da Resolução ANEEL nº 647/15, resultando num encargo de amortização no valor de R\$ 6.635.

As obrigações especiais vinculadas representam os recursos relativos à participação financeira do consumidor, das dotações orçamentárias da União, verbas federais, estaduais e municipais e de créditos especiais destinados aos investimentos aplicados nos empreendimentos vinculados à concessão/missão. As obrigações especiais não são passivos onerosos, tampouco créditos dos cooperados.

O saldo das citadas obrigações, verificado ao final do período de missão, será deduzido do valor residual dos ativos, para efeitos de indenização por parte da União.

A amortização é calculada com base na taxa média de depreciação dos ativos correspondentes e foi realizada pelo método linear com base nas taxas anuais determinadas pela Resolução ANEEL nº 240/2006, substituída pela Resolução Normativa nº 674/2015.

15.5 Intangível

O valor do intangível é o que segue:

R\$ mil	2017	2016
Em serviço	304	417
Em curso	276	32
Total	580	449

O ICPC 01- Contratos de Concessão define a forma de contabilização dos ativos de concessões e missões quando atendidas determinadas condições. O impacto nas demonstrações contábeis foi a transferência dos saldos do ativo imobilizado e das obrigações especiais para: (a) o ativo intangível referente ao direito de cobrança de tarifa dos consumidores (direito de exploração da missão), e/ou (b) eventual registro de um ativo financeiro, representando o direito incondicional da Cooperativa de recebimento de caixa.

O intangível está registrado ao custo (sendo os bens adquiridos no Brasil acrescido das atualizações monetárias até 1995). Os bens são amortizados pelo método linear, tomando-se por base os saldos contábeis registrados nas respectivas Unidades de Cadastro – UC, conforme determina a Resolução ANEEL nº 674/15.

Os encargos de depreciação, correspondentes à parcela de reavaliação do imobilizado, são registrados diretamente nas contas de despesas, sendo procedida a realização da reserva de reavaliação diretamente para as contas de sobras e/ou perdas do exercício. Parte da depreciação registrada como despesa é transferida para a respectiva conta redutora das obrigações especiais, observando o critério de proporcionalidade entre o total do imobilizado e o montante constituído mediante participação de terceiros.

15.6 Reclassificação das obrigações especiais

A composição das obrigações especiais, cujo saldo está composto na nota número 09, não integra esta demonstração contábil. A condição para adoção da norma pelas distribuidoras de energia elétrica é a celebração de termo de aditivo aos contratos de concessão e missão, mediante a inclusão de cláusula específica. O referido aditivo foi assinado pela Cermissões em 01/12/2015 e encaminhado para a Agência Nacional de Energia Elétrica à Superintendência de Concessões, Missões e Autorizações de Transmissão e Distribuição, conforme instruções constantes no Ofício Circular nº 0006/2015-SCT/ANEEL. A Administração optou em proceder esta alteração no exercício de 2016.

15.7 Conciliação do patrimônio líquido societário e regulatório

R\$ mil	2017	2016
Saldo no final do Exercício Societário	104.724	94.436
Efeito dos ajustes entre contabilidade societária versus regulatória	18.310	21.389
Reavaliação Regulatória Compulsória - VNR	26.993	27.642
Equalização do Resultado Regulatório e Societário	(8.683)	(6.253)
Total	123.034	115.825

15.8 Conciliação do lucro líquido societário e regulatório

O valor apresentado nesta conta corresponde à diferença decorrente do tratamento distinto, dispensado pelas duas contabilidades, ao valor relativo à neutralidade dos encargos setoriais.

Na contabilidade regulatória, ao reconhecer a obrigação de pagar futuramente tal diferença, se verifica uma despesa maior do que a obtida na contabilidade societária.

Considerando que o resultado à disposição da assembleia deve corresponder ao que foi apurado na contabilidade societária, o montante das destinações é superior ao que seria se tomasse por base o resultado da contabilidade regulatória. Portanto, ao registrarmos tais destinações, contabilidade regulatória não ocorre o zeramento do saldo da conta sobras acumuladas, razão pela qual transferimos o saldo para a conta intitulada "equalização do resultado societário x resultado regulatório" no grupo das reservas de sobras.

A citada reserva se realizará a partir do próximo reajuste, ou revisão da permissionária, visto que, os valores correspondentes à mesma serão reconhecidos na contabilidade societária como uma despesa. Esta diferença de tratamento deve gerar, no próximo exercício, uma sobra à disposição da assembleia, superior que será apurada na contabilidade societária.

Sobra líquida do exercício societário	11.092	8.280
Fornecimento de energia	(919)	(538)
Resultado financeiro	0	0
Perdas na desativação diferença VOC/VNR	(649)	(540)
Depreciação referente parcela diferença - VNR	(1.511)	(1.567)
Total dos ajustes	(3.079)	(2.645)
Sobra líquida do exercício regulatório	8.013	5.635

15.9 Receitas e custos de construção

Conforme determina a ITG 01 aprovada pela Resolução CFC 1261/2009, correspondem aos valores aplicados no ativo intangível e que devem ser registrados como custo. Em contrapartida, registramos também a receita correspondente, decorrente do direito de receber o valor investido através da tarifa, durante o período de permissão, bem como a indenização relativa à parcela não amortizada dos mesmos, ao final do mencionado período.

Na contabilidade societária está incluso o valor de R\$ 13.026 que se refere ao custo de construção, conforme determina a ITG 01 aprovada pela resolução CFC 1261/2009 e são os valores aplicados no intangível e que devem ser registrados como custo.